

Chile: a solidariedade aos presos e "desaparecidos".

(Pág. 9)

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — Nº 16 — Cr\$ 10,00 — 19/25 DE JUNHO DE 1978

Márcio Moreira Alves:

"É PRECISO CONTROLAR AS FORÇAS ARMADAS"

O "pivô" da crise que gerou o AI-5 dá sua primeira grande entrevista no exílio.

Em Lisboa, seu exílio atual, Márcio Moreira Alves (o ex-deputado **Marcito**) cassado em 1968, analisa a conjuntura brasileira, as articulações de novos partidos, o papel dos militares, as crises da economia. Ele acha que tudo se transformou durante os últimos dez anos:

mudou a sociedade, mudou a burguesia, o proletariado, as camadas médias, o campesinato. E agora?

"O que me interessa é a organização do povo"

-diz. E ainda: no decorrer da entrevista, mesmo sem chegar ao fundo de problemas certamente polêmicos,

ele admite que "a solução é o socialismo".(Págs. 6/7)



Greves: espancados e demitidos.

(Pág.3)



Briga em Família:

General Lobo rompe com Figueiredo

General José Figueiredo Lobo: ele afirma que prendeu Geisel em 32, rompeu com o candidato arenista e (agora) quer entrar para o MDB

(Pág. 8)

A censura continua

As tesouras da Polícia Federal deixaram os jornais *Tribuna da Imprensa*, *O São Paulo* e *Movimento*, mas permanecem muito presentes nas TVs, rádios, nas chamadas "revistas eróticas" e na publicação literária *Inéditos*, de Minas.

(Págs. 4 e 5)

CBD: "Tá tudo ruço".

Entrevistas com Afonso e Nilton Santos.



O futebol brasileiro enfrenta nesta Copa um dilema agudo: como ser malicioso debaixo de uma bota? Subordinada a um sistema militarizado e empresarial, com bons jogadores afastados por não se enquadrarem no rígido regulamento disciplinar, a Seleção perdeu sua inventividade e apresenta um desempenho capenga. Enfim, um papel carbono do regime autoritário. (Pág. 12)



Metalúrgicos: Expansão.

O movimento grevista iniciado no ABC já saiu da Grande São Paulo e ganhou o interior do Estado. Em Campinas, com 40 mil metalúrgicos, os trabalhadores da GE pararam sexta-feira, seções de corte e caldearia, exigindo 20% de aumento. "Quando a gente viu o ollerit, deu vontade de chorar: só tinha desconto, nenhum aumento", disse um operário do corte. "Ai começamos a pôr cartazes nos banheiros: 20%". Depois do almoço ninguém trabalhou. Quando o advogado da firma veio perguntar quem programou, eles disseram: "Nós".

A greve durou três horas e o trabalho foi retomado com prazo até sexta-feira, dia 16, para atendimento das reivindicações. Na segunda-feira pararam mais três seções e na terça-feira parou a usinagem. Um total de 2 mil

e 700 operários em greve. Todos os setores voltaram a trabalhar, depois de apresentar as reivindicações de aumento.

Enquanto isso, uma entrevista dada pelo presidente do sindicato dos metalúrgicos provocou revolta entre os operários: "Cid não moveu uma palha e agora diz que a causa está ganha, vai no jornal dizendo que foi ele que conseguiu". A chapa de Oposição, por outro lado, diz que a greve é justa e já vem exigindo uma assembleia para discutir o assunto. Agrega da GE seguiu-se à da Cobrasma em Sumaré (cidade próxima) onde os mil e quinhentos operários conseguiram dez por cento de adiantamento. Comenta-se que pode haver greve em outras fábricas, dependendo do resultado da greve da GE. (João Roberto).

Metalúrgicos: Oposição.

Depois do sucesso do primeiro número, que teve seus 20 mil exemplares totalmente distribuídos, a chapa 2 de oposição à atual diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, soltou o número 2 do jornal "Peão". Editado com o objetivo de divulgar no meio operário as propostas e o programa da chapa de oposição, o jornal agora avança na discussão de temas de real interesse da classe operária.

Neste último número o jornal analisa a questão da assistência no Sindicato, informa sobre as greves operárias do ABC paulista e das últimas notícias sobre a luta pela antecipação salarial. Num verso bem humorado, explica o significado da palavra que dá título à publicação: "Você pensa que peão é brinquedo, peão não é brinquedo não; Peão amansa burro bravo, peão amansa até patrão."

A campanha visando as próximas eleições a serem

realizadas de 14 a 20 de julho, tem sido muito bem conduzida pelos integrantes da chapa 2 de oposição, cuja maior preocupação no momento é garantir a legalidade do pleito. Foi com este objetivo que enviaram ao presidente do Sindicato, João Silveira, um ofício propondo oito nomes de sindicalistas mineiros para presidir as mesas eleitorais.

Deptre os nomes sugeridos figuram os dos já conhecidos Didimo de Paiva, presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas e João Paulo Pires dos Vasconcelos, presidente do Sind. dos Metalúrgicos de João Monlevade. A escolha dos nomes recaiu sobre as lideranças sindicais mais combativas e que têm se destacado na defesa dos interesses das categorias profissionais que representam.

Embora o ofício tenha sido encaminhado há mais de uma semana, até hoje ainda não mereceu nenhuma resposta...

Metalúrgicos: Contraposição.

Os metalúrgicos do Rio, em assembleia realizada terça-feira, recusaram por unanimidade uma proposta de aumento de 15% feita pelos patrões e denunciaram a manobra como tentativa de esvaziar a luta operária: "eles estão com medo que se repita aqui o que aconteceu no ABC", defendeu um orador.

"Que aumento é esse? Perguntou outro trabalhador - eles nunca nos deram nada de mão beijada; tudo que conseguimos foi a custo de muito suor e sangue. Como é que eles querem nos dar 15% de aumento, que nem em São Paulo se conseguiu?"

A resposta está na própria proposta dos patrões: "15% de aumento, até o dissídio (1º de outubro), compensáveis no índice salarial concedido". Além do mais, os patrões, na proposta enviada ao Sindicato dos Metalúrgicos, exigem em troca do "aumento" que o Sindicato,

em qualquer tempo, não reivindique que esse "aumento" deixe de ser compensado nos salários após o dissídio.

Esse item foi denunciado na assembleia como tentativa de atar pés e mãos dos operários para lutas futuras: "é querer que o sindicato se comprometa a jamais lutar pela reintegração dos salários dos trabalhadores", denunciou um dos oradores.

A contraproposta dos metalúrgicos, que será encaminhada aos patrões é de aumento, puro e simples de 15% para todos operários que recebam menos de 10 salários mínimos. Até porque a maioria das fábricas grandes já deram espontaneamente um adiantamento às vezes superior a 15%. Durante a reunião da Diretoria do Sindicato, que assumiu em março último e foi formada pela chapa de Oposição, foi criticada por não ter propagandeado a assembleia, que contou com menos de 70 presentes.

Mobilização na Bahia

É grande a mobilização, em Salvador, de professores, motoristas de ônibus e metalúrgicos em torno de reivindicações salariais. Todos eles ameaçam entrar em greve, sendo que por parte dos metalúrgicos e motoristas isso pode ocorrer mesmo que se tenha que passar por cima de seus sindicatos.

Os professores vêm se mobilizando há algum tempo sob a direção da seção baiana da Associação dos Professores Licenciados do Brasil (APLB) e fundaram por deliberar, em assembleia geral, pela entrega de um memorial ao governador Roberto Santos onde a principal reivindicação é a equiparação salarial entre contratados e efetivos, além de outras vantagens.

Uma concentração foi marcada para o Palácio da Aclamação, quando, no final da semana passada, em presença de mais de 300 professores, Roberto Santos ouviu as reivindicações. Ouvia apenas, porque dar alguma resposta concreta, ele não conseguiu.

Diante das evasivas do governador, uma assembleia geral foi realizada novamente, quando foi estabelecido um prazo para que a classe deflagrasse uma greve geral, caso as reivindicações não fossem atendidas.

Já os motoristas de ônibus, que haviam prometido, também deverão entrar em greve para forçar um novo aumento de 60%, há muito tempo, reivindicado. E a classe está disposta a fazer o movimento à revelia da diretoria pelega do Sindicato dos

Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos da Cidade do Salvador. A entidade de classe, segundo os motoristas, só se interessa pelo pagamento das mensalidades. O presidente, Gelmir Barreto, longe do movimento real da classe, prefere justificar as manobras e alegações apresentadas pelos empresários para não atender as reivindicações dos trabalhadores.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Manoel dos Santos, também é outro que se coloca contra a greve argumentando com a sua proibição. O sindicato, diz ele, não pode deflagrar a greve, mas se os associados paralisarem as atividades a entidade acatará apenas.

Os metalúrgicos da Bahia estão hoje em torno de 20 mil e segundo Manoel dos Santos, muitos dos operários que trabalham em empresas que tem sede no sul do país e onde o movimento grevista foi vitorioso, têm procurado a entidade baiana buscando respostas para as suas reivindicações, citando inclusive a movimentação dos seus colegas paulistas.

Na Bahia existem cerca de cem empresas com mais de 100 trabalhadores cada e a média salarial está em torno de Cr\$ 1.500, sendo que 90 por cento ainda recebem em torno do salário mínimo.

Diante deste e de outros problemas, a greve, ou outras medidas, será definida numa assembleia geral no dia 18.

A Diretoria do Novo DCE-Livre

A reconstrução do DCE da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fechado pelo regime em 1969, culmina toda uma etapa, todo um processo de mobilização dos estudantes. As diversas manifestações contrárias ao regime ocorridas no ano de 1977 geraram as condições políticas que possibilitaram aos estudantes a força necessária para reabrir e garantir seus Diretórios e Centros Acadêmicos.

Esta série de lutas e conquistas permitiram que hoje sejam eleitos os representantes estudantis para o DCE-Livre Mário Prata da UFRJ. Este nome, dado em homenagem ao seu último presidente eleito, foi aprovado, por unanimidade, em Assembleia realizada em

fronte à Reitoria na Ilha do Fundão, com cerca de 800 pessoas.

A campanha para o DCE representou, em si mesma, um passo importante na legitimação da entidade. Foi ampliado o espaço para discussão das questões políticas. Avançou-se no caminho de unificar o movimento. Outro fato importante decorrente da campanha para o DCE foi o de criar possibilidade para a reabertura do CA de Psicologia e do DA de Química.

Participaram das eleições 11.626 alunos. A chapa eleita foi Mãos a Obra, que teve 4.876 votos. Em seguida vêm Debate 4.690 votos; Andança 1.116 votos; União Socialista 468 votos; Trabalho 173 votos.

Nova Diretoria do DCE-Livre

O grupo Liberdade e Luta foi o vencedor das eleições do DCE-Livre Alexandre Vannucci Leme, da Universidade de São Paulo. A apuração, realizada na Faculdade de História, cujos alunos estão em greve há quase dois meses, foi a mais disputada desde 1976, quando o DCE foi reconstruído. A contagem final foi: Liberdade e Luta-2.260; Refazendo-2.191; Caminhando - 2.145; Vento Novo - 815; Novo Rumo Socialista - 652; Viramundo - 265; Alícerce - 259. No total 10.106 estudantes da USP votaram na sua entidade.

O grupo Liberdade e Luta se fortaleceu bastante a partir da posição que tomou nas

recentes eleições da União Estadual dos Estudantes, onde preferiu concorrer sozinho, e apesar de sair derrotado, conseguiu considerável porcentagem dos votos em relação à chapa vencedora, que era uma frente das outras três principais tendências do estado. Ela se lançou sozinho defendendo que essa era a melhor forma de aprofundar o debate político entre os estudantes.

Em sua carta-programa para o DCE, o grupo vitorioso, além de defender o fortalecimento das entidades estudantis, centrava fogo na defesa de uma aliança dos estudantes com as lutas operárias travadas na sociedade.

Jornalistas Unidos

No próximo dia 21 os 108 jornalistas da Agência Folhas de Notícias, do Grupo Folhas de São Paulo, cobrarão dos patrões uma resposta à reivindicação de melhoria salarial que há dois meses mobiliza a redação. Seis salários mínimos mais 19%, correspondentes ao aumento do custo de vida, é o quanto reivindicam os jornalistas da Agência.

A cobrança do pessoal da Agência insere-se num momento em que a luta por aumento salarial já mobiliza praticamente todas as redações de São Paulo. Última Hora, Notícias Populares, Folha da Tarde e Folha de São Paulo, todas do Grupo Folhas, fixaram o próximo dia 23 como prazo para os patrões responderem à sua reivindicação, que é de 20% de aumento. As lutas salariais travadas nessas e em outras redações contam com ativa colaboração do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo que, na esteira das mobilizações operárias, reivindica para toda categoria um aumento de 20%. O avanço em relação ao ano passado, quando a categoria reivindicava uma simples antecipação salarial a ser descontada em novembro, é

significativo. Evidentemente o problema salarial não afeta só os jornalistas. Outras categorias que trabalham em empresas jornalísticas começam a mobilizar-se por melhores salários. Os contínuos da redação da Folha de S. Paulo recentemente fizeram greve-relâmpago e só concordaram em voltar ao trabalho depois que a empresa fixou um prazo para responder ao pedido de 20% de aumento. Funcionários de seções de "past-up" de outras redações também iniciam a luta por aumento salarial.

Até agora, porém, não se sabe de mobilização no setor que é decisivo numa empresa jornalística: o dos gráficos. O Sindicato dos Gráficos de São Paulo não só recusou-se a assumir a luta por 20% de aumento como concordou imediatamente com a proposta dos donos de O Estado de São Paulo de 10% de antecipação, destinada a esvaziar a luta por aumento. Essa proposta foi estendida aos jornalistas dessa empresa e também do Grupo Folhas e da Abril que recusaram-na e mantiveram a exigência de 20% de aumento.

Jornalistas Vencendo

A chapa Unidade e Participação (UM) venceu as eleições para a diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais realizada em segunda convocação nos dias 8 e 9 deste mês, depois das eleições terem sido suspensas devido a uma liminar de mandato de segurança obtida pela chapa Dois, que reclamava da existência de "irregularidades" nas eleições alegando que o jornalista José Aparecido de Oliveira não poderia ser votante, porque tinha sido punido pelo AI-5. A chapa Dois queria também que fossem apurados os votos dos associados que não constavam da lista de eleitores porque não estavam em dia com o Sindicato.

A tentativa de anular as eleições ou mesmo possibilitar uma possível intervenção no Sindicato lançando mão do AI-5 foi repudiada

pelos jornalistas mineiros de tal forma que a chapa Dois foi praticamente obrigada a retirar a ação judicial. Este repúdio ficou demonstrado no resultado das eleições.

Na primeira convocação a chapa Unidade e Participação havia obtido 233 votos, (faltaram 5 votos para conseguir o quorum mínimo e ser eleita), contra 192 da chapa Dois. Agora, os votos da Unidade e Participação somaram 292 enquanto os da chapa Dois se reduziram a 79.

Os principais pontos do programa da chapa UM são: luta pela liberdade de imprensa e pelo livre acesso do jornalista às fontes de informação; luta pelo direito de greve e estabilidade no emprego; combate ao arrocho salarial; luta pela autonomia dos sindicatos e pelo exercício da democracia e respeito aos direitos humanos.

Jornalistas Perseguidos

Os jornalistas do Rio de Janeiro estão vivendo uma experiência que dá a medida certa do favorecimento e facilidades que o governo dispensa aos pelegos e das dificuldades impostas a quem faz oposição sindical. Primeiro foi a impugnação pelo Delegado Regional do Trabalho de três dos onze membros da chapa de oposição, cujo impedimento foi solicitado com a chancela do atual presidente do sindicato, candidato à reeleição, a partir de uma denúncia formulada por um conhecido policial das redações. O Delegado alegou falta de vínculo empregatício. Zé Machado, o pelega atual presidente, acusava outros membros da oposição de terem sido presos ou indiciados

em processos políticos, mas sem apresentar prova nenhuma.

O comportamento parcial do Delegado Regional do Trabalho também ficou claro no parecer que deu, negando as propostas da oposição: apresentação da lista de votantes, conforme manda a lei; pela utilização de urnas volantes e instalação de três urnas fixas nas principais redações; além da possibilidade de indicar mesários no dia da eleição. Negando tudo isso o Delegado alegou que a condução do processo eleitoral cabe ao presidente do sindicato. Apesar de tudo isso a oposição vai para as eleições, de 26 a 30 próximos, com ainda mais combatividade. (S.C.)



FINAIS

CHAPA 3
A Chapa 3, de oposição ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo marcou, para o próximo dia 23, às 19:30 h., no plenário da Câmara Municipal, o encerramento da campanha com vistas às próximas eleições do Sindicato. A Chapa 3 havia solicitado inicialmente a sede do Sindicato para realizar nele o encerramento; no entanto isto foi negado pela atual diretoria.

Além disso a Chapa 3 soltou um documento criticando a portaria 3437, que regulamenta as eleições sindicais,

e que centraliza nas mãos da diretoria toda a organização do processo eleitoral. Afirma também sua confiança, ressaltando que não serão manobras que impedirão sua vitória.

PLEBISCITO
Os alunos do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, de Porto Alegre, conquistaram o direito de não usar uniforme no colégio, através de um plebiscito realizado no último dia 8. O plebiscito foi puxado por um grupo de alunos, o grupo Alternativa, que tenta reorganizar o grêmio da escola. Isso ocorre após a ten-

tativa da diretoria da escola de impor aos alunos a obrigatoriedade do uso de uniforme. Esse grupo conseguiu realizar o plebiscito, do qual participaram 2.531 estudantes, respondendo que "na verdade a direção da escola estava propondo que se escolhesse as diferenças de classe com uma preocupação formal".

UNICAMP
O CACH, principal centro acadêmico da Universidade de Campinas - Unicamp - e entidade que hoje dirige a construção do DCE tem nova diretoria. O resultado das

eleições foi o seguinte: Atuação 325 votos, Novo Rumo 82, Libelu 32, votos nulos 13 e brancos 8; num total de 440 eleitores. Segundo Atuação, "as lutas por liberdade de organização e expressão, pela anistia e por uma Assembleia Constituinte são, para nós, as lutas principais da atualidade. Tal definição manifesta nossa visão quanto à principalidade do combate à ditadura, uma vez que, para nós, não há indícios sérios de que o regime esteja por um fio".

DUBLADORES
Já chega a quase quatro

meses a greve dos dubladores do Estado do Rio de Janeiro. Eles paralisaram as suas atividades reivindicando aumento salarial. Como não tinham vínculo empregatício com as companhias dubladoras, estas simplesmente passaram a contratar pessoas através de anúncios em jornais, recusando-se a negociar com os dubladores profissionais. Em contrapartida os dubladores se organizaram e tentam, através de pressão no Sindicato dos Artistas, conseguir o atendimento das suas reivindicações.

Assine EM TEMPO!

Nome Profissão.....
 Idade..... Endereço Bairro.....
 Fone..... Cidade..... Estado..... CEP.....
 End. Comercial..... Horário..... Fone.....
 Estou enviando o cheque nº..... do Banco..... em nome da Editora Aparte S/A
 Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua
 Mateus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.
Anual Cr\$ 500,00 Semestral Cr\$ 250,00

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluísio Marques, Alvaro Aldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Bernardo Kucinski, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Berá, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente), Súpientes: Carlos Tibúrcio, Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente).

Secretário de Redação: Carlos Moreira.
 Produção e Secretária-Gráfica: Paulo Roberto M. Borges
 Editor-Geral: Jorge Batista.

EDITORIAS: Internacional: Carlos Tibúrcio (editor) Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (Sub-editores), Altair Moreira, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Voiga, Maria Cristina Pflau, Marion Frank; Nacional: Antônio Espinosa, Carlos Saverio, Eduardo Fernandes, Flávia Resende, Gerardo Nascimento, José Luiz, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Cultura: José Arrabal, Maria Rita Kehl e Sérgio Squilanti, Aginaldo

Meyer, Arnaldo Xavier, Claudio Camargo, Edmur Gomes, Ethel Leon, Fátima Diniz, Flávio Aguiar, Gilberto Morgado, Nadine Habert, Paulo Nassar, Sérgio Ali, Arter: João Bosco L. Brandão, Sérgio L. Papi (diagramação) Beto Maringoni, Duto Bicalho, Zezo (ilustração); Ennio Bruns F., João Roberto Martins F., Niels Andreas (fotos).

Revisão: Alfredo Maria Camilo de Souza, Rubens Adorno.
Arquivo-Paginas: Luis Gabriel de Pierei, J. Mcura Marinho, Maria Quinteiro, Silvestre Prado.

SUCURSAIS
Braile (S.C.S. - Edifício Maristela, s/1103): Marco Antonio, Marina Juarez, Rita de Cássia, Reicle (R. Anibal Falcão, 127 - Fraças); Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo (coordenação); Fred Navarro, Paulo Santos, Rebecca Scaitru, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everardo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração); **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Duarte (chefe da sucursal), Edgar da Maia-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Flávio Andrade, Haroldo Quintão, João Antonio de Paulo, João Machado, Lélis Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Barcala, Paulo Viara, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphan, Virginia Pinheiro (redação), Mariza

EM TEMPO:
 Araújo (administração), **Curitiba** (R. José Loureiro, s/1203 - Edifício Mauá); Paulo Sá Brito, Reinoldo Atem, **Porto Alegre** (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20); Ana Barros Pinto, Gerson Schirmer, Jandira César, Jorge Garcez, Letânia Menezes, Marcelo Matte, Marcelo Lopes, Paulo Fogaca, Rejane Fernandes, **Salvador** (Av. 7 de Setembro, 202 - s/501): Adelmio Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José Dalton Godinho, Oldack Miranda, Lina Maria, **Rio de Janeiro** (R. da Lapa, 200 - s/408): Adauto Novais, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Baia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Menezes, Jorge Ricardo Gonçalves, Lais Merelles, Lígia Bahia, Luiz Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Berá, Marcos Araújo Reis, Margarete Auler, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guillon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas.

ESCRITÓRIOS
Araçáju (SE): David Dantas, **Campinas** (SP): Fátima Barbosa, João Roberto Martins F., Reinaldo Barros, **Fortaleza** (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos, José Saraiva

Jr., Vinício Araújo (administração e distribuição), **João Pessoa** (PB): Aurélio Aquino, Geraldo de Araújo, Manuel Campus, **Natal** (RN): Cicero Correia, Francisco de Assis.

Administração São Paulo: Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Edvaldo Luiz Silva, Elvira Oliveira, João Carlos Leme, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes.

Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Marcia Ramos de Souza (São Paulo); Arnaldo Afonso Barbosa (Belo Horizonte); Adelmio Oliveira (Salvador).

Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte) Redação: Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP: 05415 - Telefones: 280479 e 8536680. Pinheiros - Composto e impresso nas oficinas da PAT - Publicação e Assistência Técnica Ltda. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412 - Pinheiros (SP) - Telefone 8537461. Distribuição: Fernando Chinaglia Distribuidora S/A, Rua Teodoro da Silva, 907 (RJ) - Telefone: 368-9112. Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

Espancados e demitidos

Numa fábrica de São Paulo, 31 operários foram levados de camburão para a polícia e torturados para confessar um suposto roubo de tiner. O sindicato e seus companheiros fizeram greve. Agora, eles estão desempregados.

Além de serem violentamente espancados - inicialmente na própria fábrica e em seguida no Departamento Estadual de Investigações Criminais, para onde foram levados em camburões da polícia - 31 empregados da Química Industrial Paulista acabam de ser demitidos por justa causa, em São Paulo.

Eles são acusados de um suposto furto de alguns tambores de tiner, o que, no entanto, após vários dias de investigações policiais e depoimentos forçados de quase todos os funcionários da fábrica - cerca de 200 - ainda não foi constatado.

O episódio começou na primeira semana deste mês quando dois investigadores do Deic - convocados pela direção da fábrica - se postaram na portaria "recebendo a todos com pancadas e agressões verbais", segundo denunciaram os empregados. Em seguida, 31 funcionários foram levados a uma das dependências do estabelecimento, onde foram novamente brutalizados para que confessassem o suposto furto, e depois para o Deic, onde foram colocados no "pau de arara" e sofreram outras violências.

Na sexta-feira, dia 2, os demais empregados da Química Paulista - preocupados com a sorte dos companheiros presos, alguns deles já bastante debilitados pelas violências que sofreram na própria fábrica - procuraram a direção

do Sindicato de Trabalhadores em Indústrias de São Paulo e falaram da impossibilidade de continuarem trabalhando "sob clima de terror" que estavam enfrentado na fábrica. O presidente do Sindicato, Waldomiro Macedo, decidiu então que eles parassem o serviço e permanecessem todos reunidos no Sindicato "até que os fatos sejam apurados e haja condições de segurança para os trabalhadores".

A greve, cuja responsabilidade foi assumida pelo próprio Sindicato, durou até segunda-feira seguinte, quando houve uma mesa redonda na Delegacia Regional do Trabalho que contou com a participação de diretores e trabalhadores da fábrica, além da direção do Sindicato. Nesse encontro, segundo Waldomiro Macedo, um dos diretores da empresa - Sr. Michel - garantiu que os trabalhadores poderiam voltar ao trabalho "e que não mais haveria violência e arbitrariedade".

"Fui pessoalmente na fábrica - afirma Macedo - e fiquei junto à portaria enquanto todos batiam o cartão e voltavam normalmente ao trabalho. Um dia depois, quando parecia que estava caminhando para a normalidade e já estávamos tomando providências para processar a empresa pelas arbitrariedades aos seus empregados, chegam ao Sindicato 31 empregados que tinham

sido demitidos sob alegação de justa causa".

Waldomiro Macedo garante que o Departamento Jurídico do Sindicato já está encaminhando o processo contra esta decisão da empresa, "uma das piores no relacionamento com seus trabalhadores de tantas quantas existem neste país". E mais: "É um absurdo. Os operários são espancados na fábrica, torturados no Deic e ainda são demitidos por justa causa. E preciso maior garantia para o trabalhador".

Entre os operários que foram presos e espancados, Sival Rodrigues de Oliveira - um dos primeiros a ser liberado, chegando a participar da assembleia do Sindicato - disse que os investigadores do Deic "bateram muito em mim e no José Rodrigues (outro trabalhador detido) durante o trajeto da fábrica até o Deic, alegando que tinha aparecido um tambor suspeito em cima de um dos caminhões que estavam de saída, no pátio da fábrica".

O advogado do Sindicato dos Trabalhadores Químicos, Almir Pazzianotto, que foi o primeiro a manter contato com os operários - após estes irem sendo liberados do Deic - também confirmou os maus tratos que os trabalhadores sofreram. "Eles disseram que foram colocados no 'pau de arara' e sofreram vários outros tipos de violências" - disse, acrescentando que durante quase

um dia manteve contato com as autoridades policiais para poder localizar os empregados detidos.

A violência praticada contra os empregados da Química Paulista, segundo o presidente do Sindicato dos Químicos, acontece também em várias outras fábricas de São Paulo. "Há poucos anos também registramos que a York (Produtos Cirúrgicos York, na rua São Felipe, Parque São Jorge) também espancava seus empregados e muitas são as fábricas que possuem uma espécie de cárcere privado para prender e bater nos seus funcionários".

Waldomiro Macedo volta a falar da Química Paulista, onde "é comum também, por qualquer motivo, seus empregados serem obrigados a irem ao Departamento Pessoal para prestarem depoimentos gravados. Agora mesmo neste caso de suposto furto, fiquei sabendo que quase todos os empregados foram obrigados a prestar declarações gravadas para ver se descobriam mesmo quem havia sido o responsável pelo desaparecimento do material".

Ele afirma também que as condições de trabalho dessa fábrica "são as piores possíveis" e que os maiores salários não chegam a três mil cruzeiros, "sendo que os iniciantes ganham mesmo o salário mínimo". Além disso, segundo

Waldomiro Macedo, a empresa não paga adicional noturno nem por insalubridade "apesar de trabalhar com material químico altamente tóxico que faz com que seus trabalhadores estejam quase que constantemente com problemas de saúde".

A assistência médica dada pela Química Paulista a seus empregados "também é das piores possíveis", segundo Macedo. "A fábrica - afirmou - mantém convênio com uma clínica que é uma verdadeira 'arapuca'. Trata-se do Hospital Geral e Pronto Socorro Moema, onde além do mal serviço que presta ao operário também causa-lhe consequências irreversíveis. Estamos preparando uma denúncia contra esta clínica pois são muitos os problemas já causados por ela a inúmeros trabalhadores".

Ainda recentemente, segundo Macedo, o operário Reginaldo Francisco Soares - que pegou uma sinusite na própria fábrica - foi procurar esta clínica e "acabou perdendo um olho porque o médico Nelson Alfredo Matos Garrafa resolveu submetê-lo a uma intervenção cirúrgica. Além de perder o olho, Reginaldo - tão logo recebeu alta - acabou sendo demitido da fábrica sem nenhuma explicação".

(Emanuel Nery).

Balanço das greves

Um repórter que cobriu o dia a dia das paralisações do ABC faz uma avaliação do movimento, um mês depois.

A greve dos operários do ABC paulista, que se estendeu posteriormente em outras zonas industriais da grande São Paulo, está quebrando o esquema do governo e do grande capital. Ela passou por cima, na prática, da lei de greve. Estabeleceu a negociação direta entre patrões e empregados, reduzindo substancialmente a intervenção do Estado. Garantiu o direito da discussão dos trabalhadores, em assembleias, no interior das fábricas paradas. Propiciou condições para ampliar as organizações fabris dos operários. Mostrou que o sindicato, ainda que atrelado, tem um papel fundamental a cumprir, na defesa dos interesses da classe. Consolidou a unidade entre setores qualificados e não qualificados, liderados, no caso das automobilísticas, pelos ferramenteiros. Reforçou entre os operários a idéia de que a conquista das liberdades democráticas é a principal forma de abrir caminho para o exercício dos seus direitos.

Em termos mais imediatos, revelou para o operariado, que a greve é o principal instrumento da luta por melhoria das condições salariais e de trabalho. Talvez seja esse o fato mais importante: após um primeiro momento de intransigência dos empresários, que não estavam mais acostumados a negociar com os trabalhadores, e a indecisão do governo, os patrões terminaram concedendo aumentos extras e antecipações salariais. Eles tentaram, assim, evitar que as suas fábricas continuassem paradas por tempo indeterminado e pensavam estar impedindo o alastramento da greve.

Saldo extraordinário

No terceiro dia da greve, quando a situação era ainda indefinida, o presidente do sindicato metalúrgico de São Bernardo, Luis Inácio da Silva (Lula), dizia que mesmo não apresentando resultados concretos, o movimento já havia se tornado uma conquista extraordinária para os operários brasileiros. Sua explicação era simples: os trabalhadores perceberam que a paralisação da fábrica era possível e que ela se constituía no seu principal instrumento de luta.

Os fatos posteriores não só se encarregaram de confirmar as previsões do Lula, como também revelaram que, nos últimos 14 anos, o movimento subterrâneo dos trabalhadores atravessou uma fase de mudanças decisivas. Os resultados dessas mudanças estão aí mesmo para quem quiser ver.

A greve dos trabalhadores paulistas, que se estende até o 5 dias atuais prometendo continuar "pipocando" até outubro, quando se iniciam os dissídios em várias regiões do Estado e do País, culminou com conquistas salariais concretas, abrangendo as mais distintas categorias e zonas industriais da grande São Paulo.

Negociações diretas

O ponto mais expressivo da greve, foi, sem dúvida, o resultado das negociações diretas realizadas entre o sindicato metalúrgico de São Bernardo e o Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Sinfavea), que culminou com a concessão de um aumento de 11 por cento, dividido em duas parcelas (1º de julho e 1º de outubro) e três antecipações de 4,5% a ser descontada no dissídio de abril de 1979. A medida beneficiou, de imediato, aos 65 mil horistas de São Bernardo.

Após a solução negociada do conflito que parou, total ou parcialmente, durante quase duas semanas, as indústrias montadoras, os patrões de outros setores industriais decidiram conversar em bases mais concretas. No entanto,

serviu também de estopim para novas paradas, que atingiram São Caetano, Diadema, São Paulo e Osasco.

A experiência das greves do ABC, mostrou aos patrões que deflagrada a paralisação, o movimento tende a se alastrar rapidamente dentro do mesmo setor industrial e fora dele, atingindo também outras regiões de concentração industrial.

De fato, ao mesmo tempo que o movimento passava da Saab Scania para a Mercedes Benz, para depois estender-se a Ford e Volkswagen, começava a pipocar também em Santo André, onde a greve, total ou parcial, alcançou a cerca de 30 fábricas dos mais distintos ramos.

O presidente em exercício do Sinfavea, Newton Chiapardini, ao comentar o acordo feito com o sindicato, reconheceu a preocupação dos patrões: "A situação vinha nos preocupando não só no aspecto econômico das empresas, mas também no da comoção social. A unificação das discussões teria como efeito principal, possibilitar que o movimento chegasse ao final, pois estavamos preocupados com o seu desenvolvimento".

A ameaça do alastramento que depois viria a verificar-se, atormentava a vida dos patrões. Esta talvez seja a principal razão para explicar a mudança na atitude dos empresários, que mantiveram-se intransigentes, nos primeiros quatro dias da greve total da Ford, em São Bernardo, e decididos a não negociar.

Até mesmo a decisão do TRT de São Paulo, que declarou ilegal, quase por unanimidade, a greve do ABC, não foi suficiente para conter a decisão dos metalúrgicos.

No dia seguinte à decisão que tornou ilegal a greve, os trabalhadores da Ford permaneceram parados. Quando perguntados sobre as repercussões dentro da fábrica, da decisão do Tribunal responderam: "A declaração de ilegalidade não é novidade para os trabalhadores. Há muitos anos que a greve é ilegal; disso nós já sabíamos".

Com as fábricas paradas e o movimento se estendendo a outras empresas do setor de autopeças, químico, têxtil e eletrodomésticos, os trabalhadores demonstraram sua determinação em desconhecer a legislação repressiva sustentada na famosa lei 4.330 de 1964. A lei de greve sucumbia assim, aos pés das máquinas paradas, em torno das quais se reuniam os operários grevistas.

Indecisão do governo

O governo, pressionado por sérios conflitos internos, crescente oposição burguesa e uma constante pressão de massas em todo o país, que inclui, hoje, altos oficiais das Forças Armadas, evitou o choque frontal com os trabalhadores.

O próprio comandante do II Exército, general Dilermando Monteiro, após reunir-se com Lula, no dia seguinte à declaração da ilegalidade do Movimento, manifestou sua posição de não intervir, reconhecendo a legitimidade das reivindicações.

De certo modo, a intervenção, se é que se pode chamar assim, esteve basicamente, restrita à declaração de ilegalidade da greve e à posição do Ministro da Fazenda, impedindo o repasse dos aumentos para os preços das mercadorias.

Para os empresários envolvidos pela greve, a aceitação da negociação direta, correspondeu ao debilitamento da posição de intransigência que haviam mantido ao longo de quase 14 anos de política salarial e arrocho.

Implicava também, de fato, o reconhecimento da legitimidade da greve, que trazia implícito a conquista, pelos

trabalhadores, de um espaço maior ao nível geral das suas lutas e particularmente, no interior das fábricas.

Os operários conquistaram o direito de reunião dentro da fábrica. Foram realizadas nesse período, diversas assembleias com e sem a participação dos dirigentes sindicais, que debateram as principais reivindicações dos metalúrgicos.

As fábricas paradas (caso da Ford), converteram-se em assembleias permanentes, dentro das quais os trabalhadores mantinha, através de pequenos grupos, as discussões sobre os próximos passos e as questões da organização dentro da empresa.

Debilidades dos trabalhadores

Reside aí um dos pontos mais importantes de qualquer tentativa de avaliação da greve. Embora apresentando um saldo extremamente positivo, a greve revelou também as debilidades atuais da classe operária. A principal delas, que se tornou mais palpável nas grandes indústrias montadoras da área automobilísticas, foi a falta de uma organização por fábrica, que permitisse articular a disposição dos setores combativos com as mais vacilantes.

Em diversas empresas as paralisações estiveram limitadas às seções que empregam mão-de-obra mais qualificada. No caso da Volks, - o mais expressivo - e da Mercedes Benz, as paralisações não conseguiram ultrapassar os limites da ferramentaria, da Afiação de Ferramentas, Manutenção e Estamparia.

A grande massa das linhas de montagem, onde a ameaça de desemprego é maior e a rotatividade representa o grande fantasma do peão, só chegou a parar totalmente na Saab Scania e Ford.

Ao mesmo tempo que a greve revelou uma intensa solidariedade classista entre os operários mais qualificados e melhor remunerados com a chamada "peãozada", constituída pelo grosso de mão-de-obra sem qualificação definida dentro da automobilística, mostrou a necessidade de aumentar a organização da fábrica.

A experiência demonstrou que a organização dos ferramenteiros é elevada. Derrubando todas as teorias sobre os "privilégios" dos setores especializados, os ferramenteiros mostraram que estão preparados para a greve e para a condução das lutas reivindicatórias na indústria automobilística do ABC. No entanto, a articulação com os demais setores da fábrica é ainda deficiente e só foi contornada razoavelmente na Ford, onde a paralisação total facilitou a discussão e organização da fábrica.

De uma maneira geral, as deficiências da organização fabril estão combinadas com as limitações da estrutura sindical, que, entre outros fatores limita o número de delegados sindicais com todos os direitos correspondentes.

Um dado relevante denunciado permanentemente pelas oposições sindicais é que o sindicato de São Bernardo possui 24 dirigentes (que também cumprem funções de delegados de fábrica) para 120 mil trabalhadores metalúrgicos.

No entanto, embora atrelados os Sindicatos de São Bernardo e Santo André desempenharam um importante papel nas greves.

(Carlos Campos - Sucursal do Rio de Janeiro)



Na assembleia no sindicato, os operários da Indústria Química Paulista discutem as condições do Deic e os presos da firma.



Faca de dois gumes na economia

As greves dos trabalhadores paulistas estão ameaçando quebrar o esquema do governo e do grande capital, tendendo a acentuar os conflitos já existentes no interior dos grupos empresariais financeiros e industriais. Ao mesmo tempo, deverá exigir uma reformulação na atual política financeira do País.

Na opinião dos economistas, o mercado financeiro, que representa um instrumento de regulação da quantidade de dinheiro existente na economia, transformou-se no ponto de convergência dos investimentos do setor industrial e do próprio setor financeiro. Converceu-se, assim, na principal fonte de investimentos especulativos, que acarretou elevação das taxas e um crescente endividamento das empresas.

Nos últimos anos, que coincidiram com o acirramento da especulação financeira, verificou-se um processo contraditório. Ao mesmo tempo em que os empresários privados da área industrial lucraram com o dinheiro aplicado

em títulos (papéis emitidos ou pelo governo, ou pelo setor bancário, ou por financeiras, para captar dinheiro, em troca dos quais estas entidades oferecem uma remuneração), em ações (papéis emitidos pelas empresas privadas) ou imóveis, eles impulsionaram as chamadas taxas de juros para cima (justamente a remuneração oferecida por estes papéis).

Como resultado, os custos financeiros foram aumentados, cresceu o endividamento destinado a aplicações especulativas, agravando, em muitos casos, a situação financeira das empresas.

Esta situação se tornou uma faca de dois gumes: ao mesmo tempo que eles ganham, elas perdem. Por outro lado, é preciso transferir o aumento dos custos financeiros para os preços. Portanto, é a própria especulação financeira que cria altas taxas de juros, custos financeiros elevados, e empurra os preços para cima, alimentando a inflação.

O governo, no entanto, não pode quebrar este sistema, pois ele mesmo participa da especulação. Para manter a economia em

crescimento, sustentando uma taxa média de 6%, foi preciso garantir os investimentos públicos - estradas, construções, siderurgia, etc. Para isso, foi necessário apoiar estes investimentos no aumento da dívida do Estado, através da colocação de papéis públicos no mercado. Esta é a razão que impede o Governo de reduzir as taxas de juros dos seus papéis, que representam a base de remuneração dos demais.

Assim, no momento em que os trabalhadores passam a exigir e conquistar aumentos salariais, o esquema descrito é questionado. A firme determinação do Governo de não permitir que os aumentos salariais sejam repassados para os preços - como anunciou o Ministro Simonsen, tenderá a provocar uma maior pressão dos industriais para redução dos custos financeiros. Para os banqueiros, tal reformulação diminuiria sua margem de lucro, e nessa perspectiva que a greve dos trabalhadores paulistas ameaça repercutir, na medida em que se torna mais permanente, no esquema atual da política econômica.

CENSURA

A rolha continua

O fim da censura prévia aos semanários **O São Paulo e Movimento** e ao diário carioca **Tribuna da Imprensa** não encerra o capítulo do cercamento à liberdade de expressão no país. A TV e o rádio permanecem na mira da Polícia Federal. O mesmo acontece com as chamadas "revistas eróticas", cortadas não apenas quando publicam saliências & reentrâncias "atentatórias à moral e aos bons costumes", mas principalmente nos comentários sobre a conjuntura política e na literatura crítica. Em Belo Horizonte, a revista de literatura **Inéditos** continuará recebendo os vetos costumeiros. Isso para não falar no cinema e no teatro.

Tanto e assim, que esta semana no Rio, acaba de ser formada uma Comissão Permanente de Luta pela Liberdade de Expressão. "Estamos dando corpo a uma união em que todos nós - gente de teatro, cinema, literatura, música, artes plásticas e graficas, fotografia, historia em quadrinhos, publicidade, imprensa, rádio e televisão - assumimos coletivamente a resistência aos atentados contra a liberdade de pensar, criar e trabalhar", assinala o primeiro manifesto, assinado por 15 entidades, entre elas a Associação Brasileira de Imprensa e o Comitê de Imprensa Independente.

Tesouras magnéticas contra rádio e TV

(E outras tesouras atacam nas revistas eróticas)

Um dos casos mais recentes com relação a ação das tesouras magnéticas sobre um trabalho jornalístico foi o da entrevista de Luis Inácio da Silva, o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, concedida ao programa Vox Populi, da TV Cultura, no dia 21 de maio último.

Tendo passado pelo crivo de um funcionário do SNI e de um "oficial de confiança" do general Dilermando Monteiro com o tradicional "tudo bem, pode passar", o programa acabou sendo ameaçado por três funcionários do Departamento de Polícia Federal na tarde de domingo, aproximadamente às 15h. Os funcionários da emissora foram obrigados a improvisar de última hora uma reprise de uma entrevista feita com o cacique Juruna para substituição.

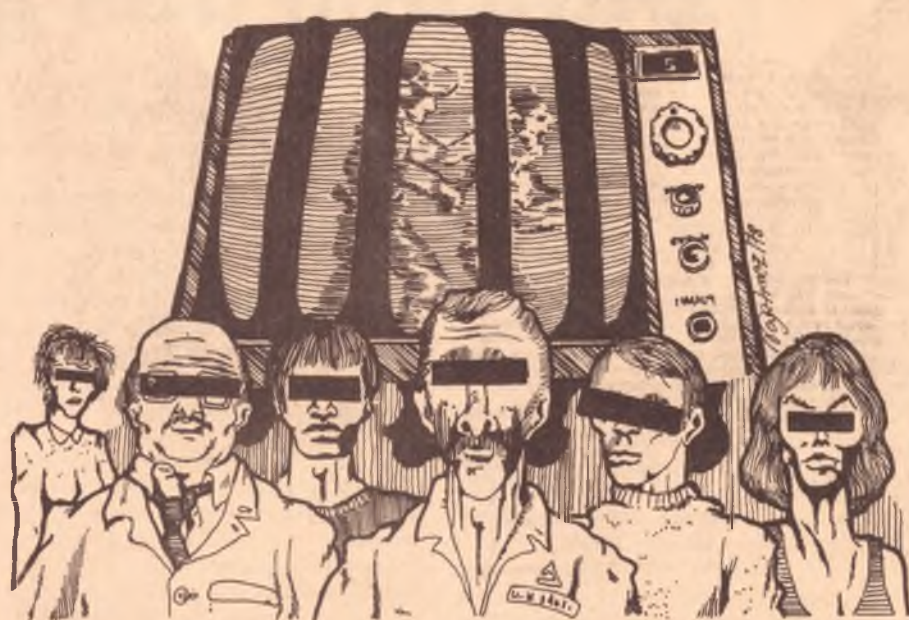
No entanto, depois de alguns contatos com o Departamento de Polícia Federal com o apoio de Laudo Natel, Cláudio Lembo e até do secretário da Educação e Cultura, Max Feffer (responsável pela Fundação Padre Anchieta), o programa acabou sendo liberado mediante a promessa dos responsáveis pela apresentação de serem lidas duas notas oficiais do governo antes e depois do programa (uma do ministro do Trabalho e outra do ministro da Justiça), declarando as que são ilegais.

A exceção e a regra

Segundo Fernando Jordão, responsável pela produção dos programas **Globo Repórter**, "existe uma censura maior a coisas que possam ser mobilizadoras de massa". E esse programa foi vítima de uma exceção à essa regra. "Lembro-me de quando trabalhava na **Cultura**, continua Jordão, na época em que a censura era violenta (por volta de 74) e no entanto tínhamos mais liberdade de expressão que a **Globo**. Várias vezes fui chamado pela direção da emissora quando me falavam: Ligo na **Globo** e vejo um Brasil cor-de-rosa e mudo para a emissora estatal e o país está marrom".

O tipo de censura sofrido pelas emissoras de TV é semelhante a censura da imprensa escrita. O famoso telefonema antes dos horários de transmissão dos programas noticiosos a impedir que se fale de determinado assunto.

"Lembro-me de uma vez que os estudantes de Bragança reivindicavam um hospital para a cidade através de uma manifestação, fala Jordão. Eu sabia que ia dar bode com a censura se eu desse aquilo no **Jornal Nacional** já que havia uma ordem do DPF proibindo transmissões de notícias referentes a manifestações políticas dos estudantes. Mas pusemos no ar a entrevista realizada **in loco** e no dia seguinte telefonaram pra mim dizendo que eu havia transgredido a ordem. Eu disse que não, que a ordem era referente a manifestações políticas e não a manifestações estudantis daquele tipo e que não havia saído da determinação deles. Pois bem, no mesmo dia chega uma nova ordem mais ou menos assim: está proibido noticiar qualquer coisa a respeito de qualquer tipo de manifestação estudantil". Um programa de TV, de cunho jornalístico porém censurado é "Quem se Comunica", de Carlos Queiroz Telles, pela **Cultura**. O programa é censurado semanalmente, sofrendo alguns cortes sendo que o primeiro da série dedicado as revistas masculinas, que abordavam assuntos referentes a empresas que editam revistas do tipo, com a participação de publicitários e representantes de **Homem, Status** e



Ele Ela, foi proibido na integra.

Deixou passar!

"Um programa didático, seguramente cultural, requisitado pelas faculdades para seus arquivos é censurado, lamenta Queiroz Telles. E às vezes um corte em determinado ponto do diálogo acaba desvalorizando todo o bloco e o trabalho de edição do programa é desperdiçado, tendo-se que editar a fita novamente. Chega-se a perder quatro horas na reedição de um programa desses. No final, como apresentador, sabedor da existência da censura, obviamente acabo fazendo uma autocensura pra evitar problemas posteriores de edição. Pela própria experiência que a gente acaba adquirindo com essa convivência, acaba-se sabendo que o principal ponto a não ser abordado é a própria censura. Como exemplo eu cito uma frase de uma entrevistada e que foi cortada pelos censores quando fizemos o programa dedicado ao cinema nacional em que ela referindo-se ao filme **Lúcio Flávio Passageiro da Agonia**: exclamou: "Não sei como a censura deixou passar!".

Na revista **Homem**, da editora Abril, a censura passou a atuar a partir do segundo número sendo que no primeiro não aconteceu sob a condição de se respeitar certas regras como "dois seios não podem aparecer de frente", "nada referente à área pública" etc.

Mas a censura não se obsteve em censurar pura e simplesmente as fotos. Passou também a censurar os textos pela revista apresentados, desde que ela é apresentada inteira ao DPF.

"Houve uma fase de censura, quando ela estava no auge de onipotência em que a título de censura moral, no bolo, censurava-se textos de sociologia, psicologia, política etc. Junto das fotos da Cecília Medeiros, nua, vinham textos de Darcy Ribeiro" - comenta Jorge Cunha Lima, editor de **Senhor Vogue**.

Mas a fase a que Jorge se refere não acabou.

"Com relação a fotografias, cita Carlos Roberto da Costa, secretário de redação de **Homem**, há três tipos de censura: o veto total, a aprovação ou o corte parcial."

Mas muitos textos de **Homem** foram, dos quais Carlos Roberto nos cita alguns:

Cortando tudo

"Na revista de nº 7 numa matéria realizada em entrevista com Teotônio Vilella foi cortado um bloco de 23 linhas em que ele falava da inviabilidade de incorporar-se o AI-5 à Constituição. Um texto de um escritor inglês sobre análise de sonhos teve noventa e seis linhas

censuradas no mesmo número da revista. Uma coluna de Roberto Drumond sobre livros foi inteiramente cortada (120 linhas) no nº 14 da revista. Trechos do livro de Antônio Callado (**Reflexos do Baile**) que iria ser lançado naquele mês foram cortados num total de 96 linhas, na revista nº 16. Um conto de Hermilo Borba Filho (**O Candidato**) foi inteiramente cortado pois as situações se assemelhavam a um político nordestino e sua candidatura. Uma entrevista realizada com Orlando Villas Boas ficou suspensa por uns três meses na censura pois ele criticava a política do ministro da Agricultura do governo Jânio. Ela, numa primeira censurada, teve alguns trechos cortados e numa reavaliação que pedimos fosse realizada a matéria acabou sendo totalmente censurada. Num mesmo texto a palavra **merda** pode ser liberada num trecho e cortada noutro. Já aconteceu de num conto a palavra chochota passar enquanto vetada púbis. Chegaram até censurar cartas de leitores. Só o expediente é que não mandamos para eles pois não vão ter interesse em nomes, mas o resto da revista é mandado inteiro para a censura."

No rádio a situação é semelhante aos jornais diários e à TV. Os comunicados são feitos por telefone e a ameaça a mesma: multa e cassação da concessão - que é dada pelo próprio governo, através do Dentel-Departamento de Telecomunicações, órgão diretamente ligado ao Ministério das Comunicações. A **Jovem Pan** foi uma das emissoras a ter um processo contra si na Justiça após emissão de programa considerado atentador à moral e confiscados pela censura após ter sido emitido. O programa foi realizado com o cantor e compositor Juca Chaves e o processo demorou quatro anos para punir a emissora com uma multa. Várias coberturas das empresas radiofônicas foram impedidas de ter continuidade por ordem da censura, como nos casos mais recentes das manifestações estudantis e da greve dos metalúrgicos em São Paulo.

Além da censura a notícias que o governo não quer que sejam tornadas de conhecimento do grande público, há um outro tipo de pressão na área jornalística das empresas de rádio e teledifusão.

"É o uso que o governo faz das emissoras para transmissões de suas mensagens. As vezes eles chegam a obrigar as emissoras a transmitir uma notícia na linguagem de seus programas noticiosos sem citar a fonte, passando a informação a usufruir da credibilidade que o programa escolhido desfruta junto a opinião pública", ilustra Fernando Jordão.

Maurício Cintrão

Um inferno na vida do jornal

"A censura existe para ganhar tempo. Por isso ela entra e sai dos jornais, enquanto não acabar de vez". Por Flávio Azeiteiro, ex-Editor de Cultura de Movimento.

VETADO

1. Como entrou a Censura em Movimento

O homenzinho enfiou a cabeça na porta e disse: "com licença". Era na sala de redação de Movimento, nos primeiros dias de julho de 1975, naquele momento trabalhávamos ali eu, que era Editor de Cultura e Sérgio Buarque de Gusmão, Secretário da Redação. Ao visitante, respondi: "pois não". Ele não entendeu a resposta, e repetiu, em tom irritado: "com licença". E eu mais irritado ainda: "pois não!" Ai o homenzinho entrou, com outro atrás, de walkie-talkie em punho, de onde vinham uns sons roufenhos, e declarou que era da Polícia Federal, que vinha instalar a censura no jornal, e que iria falar com "o encarregado, o Raimundo".

Sérgio Buarque sumiu pela porta de trás, para chamar Raimundo Pereira - Editor Chefe. Eu fiquei ali, pregado na mesa de trabalho, com um frio que ia do pescoço ao fim da espinha. Depois, soube-me de mais detalhes: a Polícia Federal também estava na gráfica onde seria impresso o jornal: havia uma ou duas C-14 lá fora, cheias de gente e armas.

Seguiu-se rápida conferência entre Raimundo e os invasores. No fim, Raimundo teve de ir ao prédio da Polícia Federal, para "acerto de detalhes": "Gentilmente" o povo da C-14 permitiu-lhe ir em carro próprio". Os detalhes se estenderam e se multiplicaram: censura em São Paulo, depois em Brasília, o inferno na vida do jornal.

Antes de mais nada, portanto, é necessário compreender que a Censura é um homenzinho com Walkie-talkies, C-14, armas, que um dia invade a vida e o trabalho dos cidadãos.

2. Porque a Censura em Movimento

A censura entrou em Movimento e manteve-se em outros jornais sobretudo porque o governo precisava ganhar tempo para o regime. Em 1975 o governo Geisel estava ainda atolado na fragorosa derrota das eleições de 1974 - coisa que surpreendeu até os seus opositores e precisava de tempo para - a) ultimar uma série de medidas anti-populares, como a célebre adoção dos contratos de risco; b) recompor-se politicamente para forjar uma "vitória" nas eleições municipais de 1976; c) renegociar a divisão do poder político no país, mantendo isso dentro dos limites e sob o controle do regime instalado aqui a partir de 1964.

Aliem-se a estes outros fatores: a censura à imprensa era uma instituição do regime, principalmente após 68, e como se sabe, um dos fanatismos mais importantes deste regime é de proclamar-se "irreversível". Movimento tentava articular uma ampla frente jornalística, de caráter democrático, com a ramificação nacional - e significava, na época, que o discurso político brasileiro poderia dar um passo decisivo para a esquerda.

Aquela necessidade de ganhar tempo, da parte do governo, que vinha de antes, mas acentuou-se com a derrota de 74, chamou-se, por artes da retórica, "distensão lenta, segura e gradual". Para assegurar a lentidão das coisas - por isso a censura veio a Movimento, assim como as cassações atingiram a tanta gente no pós-74, assim como instituíram-se a Lei Falcão,

DE COSTA E SILVA A GEISEL, 10 ANOS DE CENSURA PRÉVIA

O conflito entre a "teoria" de Coutinho e a técnica dos jogadores, derrubou o Brasil

A censura terminou? Terminou? Quanto a liberdade

- Eu sou o censor ...
- Bem feito, quem mandou não estudar. Podia ser médico, advogado, jornalista ...

Contive essa gracinha meses a fio, todas as vezes que um censor novo se apresentava. No começo, pela esperança de dobrá-los com o tempo; depois para não tumultuar ainda mais a difícil convivência.

Certa vez o jornalista Hélio Fernandes, dono do jornal, ligou para a redação para estranhar uma grande concessão da censura:
- Como é que saiu aquilo?
- O censor de hoje é o mais preparado. Ele sabe que a notícia que atinge ao governador Nunes Freire e não ao governo nem ao regime. E deixou passar.

Dias depois o patrão liga novamente, desta vez para estranhar uma foto imensa, em seis colunas, sobre a primeira grande concentração de estudantes.

Acabou a censura?
- Não, é que hoje veio o mais burro. Como o texto estava leve ele não considerou a foto, de grande impacto.

Pois o negócio funciona assim. Duro é driblar a turma da coluna do meio.

Exemplo prático:
Você pode, de leve, aumentar, com justiça, o nome do general Golbery para Golbery Fouché do Couto e Silva. O censor muito burro estranha e pode até cortar tudo por via das dúvi-

e o "Pacote de abril" entre outras medidas lentas, seguras e graduais.

3. O que fez a Censura em Movimento

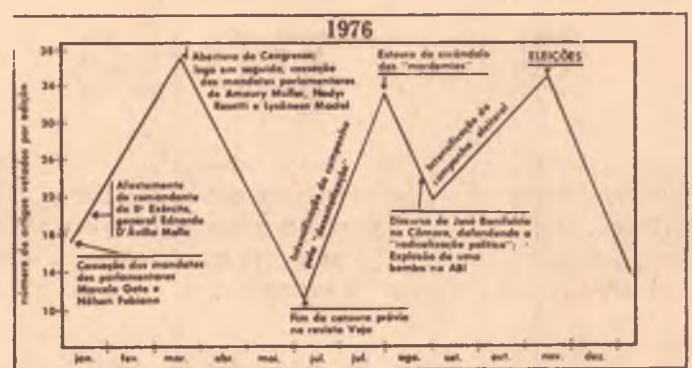
Quando a isso, alguns dados numéricos publicados pelo próprio Movimento em sua primeira edição sem censura, de 12 de junho passado, são bastante eloquentes. Os editores do jornal avaliam em 18,6 milhões de cruzeiros os prejuízos financeiros causados pela Censura - em termos de perda de venda e de gastos suplementares - envio de material a Brasília, proibições especiais para a circulação de certas edições, etc. Além disso, o gráfico reproduzido acima mostra a relação entre tensão política e acirramento da censura. Quer dizer: a censura fez de tudo para dar um sufoco em cima do jornal. Não para impedir de todo a circulação de informações, pois isto, apesar dos pesares, no atual estágio de desenvolvimento das forças comunicativas só se consegue por algum tempo. Mas para matar aquele órgão de informação, e, a guisa de exemplo, matar na cascata iniciativas semelhantes que pudessem surgir pelo país. Este era o objetivo da censura prévia, enquanto era liberada na chamada "grande imprensa" e arrolhada em Movimento e semelhantes: abrir espaço para um discurso de estilo liberal, negociar com ele, e sufragar o que estivesse ou apontasse para a outra margem de qualquer processo de democratização: a mobilização/organização popular.

4. O que Movimento fez com a Censura

Movimento - assim como outros jornais - deu sua contribuição para desmoralizar a instituição da censura prévia. Também, no balanço geral, deve-se reconhecer que reuniu forças suficientes - ou não perdeu demasiadamente forças - para sobreviver. Enquanto projeto, esta foi sua vitória - e este foi seu limite. Movimento aglutinou pessoas sobretudo como uma frente jornalística contra a censura, contra o arrocho do regime nas informações. A subdivisão posterior de Movimento, de onde saíram outros jornais, além de refletir uma crise interna, valeu também como uma "vitória" para a censura. Mas era também um "sinal dos tempos" - sinal de que a situação política brasileira havia avançado a tal ponto que o eixo central dos discursos oposicionistas havia se deslocado para a colocação de propostas concretas quanto ao processo e caminhos da democratização do país. Durante este tempo diminuiu o espaço do contra, e aumentou a necessidade de propostas políticas afirmativas.

Não se deve subestimar, entretanto, a façanha de se ter mantido Movimento vivo durante esta passagem: serviu para demonstrar, nacionalmente - junto com outros fatores, não

Períodos de maior tensão política correspondem a períodos de intensificação da ação da censura



9 anos e 6 meses de censura-prévia

"Em resumo: os censores só funcionam com eficiência para reprimir o óbvio, o que é escrito com raiva ou com pontaria certa".

Por Paulo Branco, Chefe de Redação da Tribuna de Imprensa.

das. O burro de menos estranha mas tem medo de cortar. Pode estar dando grande mancada. Mas no fundo nenhum dos dois imagina a relação que existe entre o Chefe da Casa Civil da presidência e o grande proxeneta das várias fases da revolução francesa.

Os censores caíram como um patinho quando certa vez dei na primeira página da Tribuna que o Planalto preconizava uma solenidade, no dia de aniversário do pacote de abril, para reverenciar a memória de Washington Luiz. Claro que os censores deixaram passar. Em resumo: os censores só funcionam com eficiência para reprimir o óbvio, o que é escrito com raiva ou com pontaria certa.

Toleramos na Tribuna, com a máxima paciência, dez anos de violências. Eles chegavam aqui para o dia-a-dia as vezes com problemas domésticos e as vezes até embriagados. Tudo isso refletia no produto final. Aliás, cabe aqui uma observação paralela: quando os espaços em branco floresciam no jornal, o leitor politizado da Tribuna, por incrível que pareça, assumia uma postura de consumidor e não de homem político contrário. Se o jornal está censurado, o certo seria comprar para protestar. Mas não.

Interessante que quando o jornal saía sem censura - logo com matérias frias - a venda subia. Quer dizer, a



resta dúvida, que se o governo teve relativo êxito em ganhar tempo, não pode nem podia enganar a todos nem mesmo por algum tempo.

5. Porque a Censura saiu de Movimento

Saíu porque a situação mudou, evoluiu, rompeu-se o invólucro das frentes, das greves, das passeatas estudantis, dos movimentos de médicos e professores, e tantos outros etcéteras. Nesta conjuntura, em ano eleitoral, é pior manter essa possibilidade de balbúrdia na imprensa escrita do que dispensá-la. A censura saiu de Movimento, de **O São Paulo**, da **Tribuna da Imprensa** e da **Notícia**, de Manus, porque tornou-se obsoleta.

A censura saiu daí porque era necessário fazer esta concessão para mantê-la na televisão, no rádio, no teatro, no cinema, e na legislação (2) com que se arbitra o país, tenham isto o nome de ato ou de salvaguarda, no mínimo como possibilidade, como o tapace sempre erguido. Como se vê, os tempos mudaram, mas a tática não: a censura saiu porque é necessário ganhar tempo. Ela saiu pela mesma razão que entrou, embora as pressões pela democratização hoje sejam bem maiores, e um pouco melhor estruturadas.

A censura, portanto, saiu da área, mas não do campo. É uma vitória pequena diante dos imensos reclamos por liberdade de expressão que vão além da questão da imprensa escrita, ou da imprensa de um modo geral, abrangendo universidades, sindicatos, a questão dos novos partidos. A censura não é apenas aquele homenzinho que armado de walkie-talkie e com metralhadoras na rua que invadiu a sala de trabalho de Movimento, numa tarde de julho de 1975, botando a tremer dois editores assustados. Não é apenas o escritório em Brasília onde cortavam os artigos do jornal, onde se tiravam cópias das matérias mas se sabe bem para que, embora se possa muito bem presumir para quê; nem mesmo apenas o outro escritório em se cortam e vetam peças de teatro, ou pedaços de filme, nem apenas as vozes que avisam rádios e tevês do que não podem dizer.

Na ótica de ganhar tempo, a censura - é um instrumento valioso - aquilo onde se arrocha ou se concede - conforme as necessidades do momento. A questão central permanece a da constituição do poder que faz esse govinho de vai-vem.

queixa era contra o espaço em branco.

Centenas de artigos e reportagens infelizmente não poderão ser publicados porque perderam a atualidade. O Hélio Fernandes fez um - **Empulhação em vez de Democracia** - que perdeu o sentido agora que as oposições avançaram a ponto de impôr ao governo a abertura.

E como esse artigo do Hélio, dezenas, centenas de manchetes morreram. Como aquela da escolha dos governadores: **Vários bajuladores preteridos, inclusive o honrado pai do 477**.

Essa manchete era uma homenagem a um dos mais perniciosos carteristas deste país: o coronel Jarbas Passarinho. De tanto tentar publicar o impubli-cável (para a censura) as vezes éramos obrigados a endurecer. Transferir o desgaste para o governo. A censura censurava e no final da noite comunicávamos a eles que nós não respeitávamos os cortes. Se eles quisessem podiam chamar a polícia.

Eles chamavam a polícia e o jornal era apreendido. Nodia seguinte os jornais registravam a ausência da Tribuna, as agências internacionais espalhavam a notícia para o mundo. Era o troco que podíamos dar. Hoje, sem censura, nós damos o troco diferente. Se não houver um recuo eles terão de nos aturar. Enquanto estivermos de bexiga cheia.

Imprensa livre, um combate.

Perseu Abramo

A recente suspensão da censura prévia a diversos jornais, adotada pelo Governo, recoloca a discussão em torno do significado e das formas de censura à Imprensa. Essa discussão sempre esteve presente entre os jornalistas; principalmente a partir de 1964, embora de maneira esparsa e assistemática. Cresceu de importância a partir de 1968 e em maior repercussão nos anos de 1973 e 1974, quando começam a vir a público os primeiros sintomas de cisões ideológicas no bloco dominante, com a querela entre estatismo e privatismo, e as vitórias do MDB nas eleições vão revelar igualmente os primeiros sinais de descontentamento generalizado nas classes médias e alguns indícios de resistência nos setores populares. Em 1974, o privilegiamento da censura como obstáculo a ser identificado e superado começa a encontrar alguns canais institucionalizados, principalmente na campanha que precedeu a vitória da chapa de oposição no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, tanto quanto no procedimento posterior da diretoria eleita. Paralelamente o assunto começa a ser tratado entre outras associações de Imprensa - notadamente a ABI do Rio - e também em organismos associativos de outras categorias, como as dos artistas de teatro. Igualmente, começam a ser travadas lutas judiciais e políticas contra atos singulares de censura, comandadas quer por jornalistas ou proprietários de jornais, individualmente, quer por órgãos principalmente da Imprensa alternativa. Posteriormente, cria-se no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo uma comissão de liberdade de Imprensa, que procura, ao mesmo tempo, debater teoricamente os temas ligados à censura e articular a luta dos jornalistas contra os atos censórios; em parte como resultado desses esforços aprova-se em 1976, no congresso nacional de jornalistas que se realiza em Curitiba, uma tese sobre liberdade de imprensa. Pela mesma época (1975/1976) suspende-se a presença de censor ou a censura prévia em alguns grandes órgãos da Imprensa. Com a suspensão recente da censura prévia em semanários como **Movimento** e **O São Paulo**, e com a inexistência de censor ou censura prévia nos chamados grandes jornais, subsiste uma pergunta: existe censura à Imprensa no Brasil? A resposta é afirmativa.

O alvo é a sociedade

Para compreender-se adequadamente o problema da censura é necessário entendê-la como uma forma de dominação política. A censura à Imprensa é um dos tantos mecanismos de controle político e social de que lançam mão as classes dominantes, por meio do Estado, para manter o domínio sobre as classes dominadas. O alvo fundamental da censura não é a Imprensa: é o leitor, isto é, o público, a população, a sociedade toda: a imprensa (os jornais, as revistas, a rádio e a televisão) - bem como o cinema, o teatro e as outras formas de comunicação - constitui apenas o veículo através do qual se exerce a censura das classes dominantes.

Esse entendimento permite dizer que há duas formas básicas de censura: a estrutural e a conjuntural. Assim como faz parte da estrutura do Capitalismo o domínio econômico e político da Burguesia sobre o Proletariado e sobre as classes médias, assim também faz parte desse domínio a censura - e por isso é estrutural - como instrumento de controle. Em seu curso, o Capitalismo atravessa conjunturas em que aumenta a sua exploração econômica, e se sente por isso obrigado a intensificar a sua dominação política: nessas específicas conjunturas, o Estado capitalista multiplica as formas e a intensidade dos seus instrumentos de controle e repressão, entre eles o da censura, notadamente o da censura à Imprensa; essa, a censura conjuntural, que não substitui a censura estrutural, mas que a exprime, a intensifica e a reforça.

Como instrumento político de controle e repressão, a censura nem está isolada dos demais mecanismos de dominação política e nem constitui em si, um ato singular: ela é em si um sistema, composto de numerosos elementos interligados e funcionalmente convergentes. Esse sistema conjuntural de censura constitui-se de numerosos tipos e formas, que vão da proibição da circulação de determinados órgãos à apreensão parcial ou total de edições, da presença de censor nas redações às proibições telefônicas de divulgar certos assuntos, da obrigatoriedade da submissão de originais a repartições governamentais à disseminação de ameaças que provocam a auto-censura, dos boicotes econômicos impostos a jornais aos

Na conjuntura de transição que o Brasil vive neste momento, o exercício dos instrumentos e sistemas de repressão e censura foi em parte amenizado. Seria um erro fatal não perceber essas mudanças, como seria igualmente fatal o erro político de supor que elas significam o fim do autoritarismo. Os principais entraves à livre manifestação dos 120 milhões de brasileiros estão longe de terem ainda sido afetados: metade da população é analfabeta, não há liberdade para criação de partidos políticos, a grande maioria dos sindicatos está submetida a direções não representativas, a repressão violenta e a tortura não foram ainda erradicadas, a exploração econômica opressiva aliena a maioria dos assalariados, as leis de exceção ainda estão todas aí.



artifícios administrativos internos às Redações que dificultam a apuração da verdade, do aparato jurídico que prescreve punições a jornais e jornalistas ao controle das informações nas fontes, etc.

Assim, é esse sistema integrado de censura que funciona, como parte inerente da estrutura de classes da sociedade capitalista, e que é exacerbado e aperfeiçoado nas conjunturas de extremo autoritarismo pelas quais o Capitalismo frequentemente passa em seu caminho histórico.

Na conjuntura de transição que o Brasil vive neste momento, o exercício dos instrumentos e sistemas de repressão e censura foi em parte amenizado. Seria um erro fatal não perceber essas mudanças, como seria igualmente fatal o erro político de supor que elas significam o fim do autoritarismo. Não apenas persiste em sua plena vigência a censura estrutural, como mesmo a censura conjuntural continua existindo, embora tendo desativado algumas de suas formas de manifestação. Portanto, o combate pela liberdade de imprensa e contra a censura continua sendo necessário e urgente, não apenas na denominada Grande Imprensa como também na chamada Imprensa Alternativa, bem como em outras formas de expressão, como rádio, televisão, teatro, cinema, debates públicos, discussões nos locais de trabalho, organismos associativos comunitários, etc.

Sobretudo é fundamental não esquecer que o grande alvo da censura é o público, e, neste, principalmente os setores populares e as classes trabalhadoras. Os principais entraves à livre manifestação dos cento e vinte milhões de brasileiros estão longe de terem ainda sido afetados: metade da população é analfabeta, não há liberdade para criação dos partidos políticos, a grande maioria dos sindicatos está submetida a direções não representativas, a repressão violenta e a tortura não foram ainda erradicadas, a exploração econômica opressiva aliena a maioria dos assalariados, as leis de exceção estão ainda todas aí. A suspensão da censura prévia é um fato altamente positivo e alentador, mas não deve desmobilizar a luta dos jornalistas - e de todos - contra a censura e contra a repressão.

Palavrão em literatura não pode

Em Inéditos, uma revista mineira de literatura, a prévia não acabou. A Polícia Federal argumenta que a publicação atenta contra a moral e os bons costumes. O Dicionário do Aurélio escaparia à sanha dos censores?

A revista literária **Inéditos**, com sede em Belo Horizonte, permanece sob censura prévia. Após a divulgação da notícia da suspensão em **Movimento**, **Tribuna da Imprensa** e **O São Paulo**, a diretora da publicação, advogada Fernanda Colas Arantes, entrou em contato com o departamento de censura federal, em Brasília, e foi informada pelo sr. Rogério Nunes, chefe da seção, de que a censura não sairá, pois a revista "trata de assuntos que atentam contra a moral e os bons costumes".

Nunes não esclareceu, entretanto que assuntos são estes. E informou que "recebo ordens superiores e não posso liberar tal ou qual publicação da censura prévia". A liberação só poderia ser feita pelo Ministro Armando Falcão, da Justiça, "única autoridade competente no caso". Mas desde dezembro do ano passado, Fernanda espera uma resposta ao recurso que encaminhou ao Ministério pedindo a liberação. Em abril, ela foi a Brasília e descobriu que o recurso estava engavetado. Estranhamente, o Ministro pediu um parecer da censura federal sobre o assunto e cinco censores opinaram contrariamente. Fernanda explica que "por falta de informação das autoridades competentes, só nos resta deduzir que **Inéditos** se encontra sob censura prévia porque em alguns contos havia as palavras **pinto, bunda e puta**, já dicionarizadas".

"Quando argumentei isto com o sr. Daiciger de Moraes, chefe da censura em BH - prosseguiu Fernanda - ele mostrou o dicionário do Ministério da Educação e Cultura, onde estas palavras não constam. Isto nos leva a crer que os demais dicionários, considerados os melhores da língua portuguesa, como o Aurélio Buarque de Holanda, também ferem a moral e os bons costumes, pois contêm estas palavras". **Inéditos** foi fundada por Wladimir

Luz e Ricardo Teixeira de Salles, com uma tiragem de cinco mil exemplares e periodicidade bimestral. No seu número 4 passou a ser alvo da censura prévia, deixou então de funcionar. Em setembro de 77 volta a circular, em sua segunda fase. A princípio a censura era feita em Belo Horizonte, mas a partir do número 7 passou a ser censurada em Brasília, acarretando maiores atrasos e despesas para a editora. Só os originais do número 7, que estará circulando nos próximos dias, permaneceram 46 dias à disposição da censura federal.

Atualmente a revista está com uma tiragem de 10 mil exemplares e publica cerca de 40 trabalhos por mês, de autores inéditos ou não. Há uma preocupação de dar ênfase à publicação de poesias, "já que não existe para elas quase ou nenhum espaço em outras publicações".

O saldo deixado pela censura à revista aponta além de um sem número de poesias censuradas, 13 contos, uma entrevista, um editorial e diversas ilustrações.

"Mesmo sob censura prévia - explica Ana Lucia Campanha Batista, uma das colaboradoras - nossa luta continua. Alguns jornais e revistas precipitaram-se um pouco ao anunciar o término da censura no Brasil. Ela ainda existe na política, nas rádios, televisões, sindicatos e órgãos de classe estudantil. Na imprensa portanto".

E acrescenta: "Gostaria de saber se os jornais que foram fechados pela polícia federal, como o **Ex**, **Opinião**, **Mais Um**, **Correio da Manhã**, além de muitos outros, voltarão a circular. E se muitos dos livros que foram retirados de circulação ou censurados, poderão agora circular livremente. Quem pagará os prejuízos enormes - em todos os sentidos causados pela censura prévia?"

(Maizé Trindade)

CARTA ABERTA (*)

"Abaixo a censura"

Desnecessário dizer o quanto nos toca a alegria que tomou conta das redações dos jornais **Movimento**, **O São Paulo** e **Tribuna da Imprensa** no último dia 8, quando caiu por terra a censura prévia a esses órgãos.

Tal vitória, evidentemente, não pode ser creditada a um gesto de benevolência do presidente Geisel, pois antes de tudo ela foi fruto da tenacidade dos que não se dobraram ao tacão da censura, da mobilização de amplos setores em defesa da liberdade de expressão. A aparente benevolência não passa de um resultado do desgaste mais geral do regime que a cada dia perde terreno, na medida em que se aprofunda sua crise, enquanto avança a luta por liberdades democráticas.

Os companheiros dos jornais que estavam subjugados à censura prévia fizeram muito bem ao comemorar a vitória. Afinal eles participaram de uma das mais negras páginas da história contemporânea da nossa imprensa, da qual ficou uma lição: valeu a pena resistir. Mesmo que o preço da resistência à repressão e à política obscurantista do regime tenha custado a **Movimento** a apreensão de três edições e um prejuízo de 18 milhões de cruzeiros. Mesmo que a **Tribuna da Imprensa** - nos nove anos e meio que esteve sob censura - tenha sido apreendida 30 vezes e sua tiragem tenha caído de 100 mil exemplares para 20 mil. Ou mesmo que a equipe do **O São Paulo** tenha se submetido aos censores durante seis anos.

Foram anos difíceis estes em que a ferocidade do regime caiu com toda sua força sobre a imprensa, par-

ticularmente sobre aquela que não acreditou nas falácias do "milagre econômico" e que jamais se iludiu quanto ao caráter profundamente ditatorial do regime. A censura nos impôs muitas baixas, é certo. A começar pelo jornal **Opinião** - este, tronco de uma árvore da qual brotaram outros jornais de oposição e de onde se forjou toda uma leva de jornalistas combativos.

Opinião pagou o preço de desafiar o Príncipe em uma época em que o simples gesto de resistência já se constituía por si só em um ato heróico. Foi levado à falência pela censura, mas a sua experiência foi uma das mais ricas e a ela também temos que render tributo no momento em que a censura à imprensa recebeu um forte golpe. O que dizer do jornal **Ex** (quem não se lembra da sua monumental edição sobre a morte de Vladeir Herzog?) e de vários outros projetos jornalísticos que tiveram de ficar no meio do caminho?

As baixas, contudo, não arrefeceram o ânimo dos que teimaram resistir ao regime, dos que teimaram em enfrentar a ação da censura - esta "velha senhora" que num dado momento funcionou eficazmente para encobrir as torturas, o esquadão da morte, a corrupção e a indignação popular contra o regime autoritário. O casulo imposto pela censura foi sendo rompido. Se um jornal independente fechava suas portas, cedo surgia outro. E mais outro. Já não era possível ao regime, tapar o sol com a peneira e a censura aos grandes órgãos teve que

ser suspensa, voltando-se apenas para alguns "jornais rebeldes".

A vitória conseguida recentemente não pertence apenas aos jornalistas que resistiram obstinadamente. Pertence a todos aqueles que entenderam ser a liberdade de imprensa fundamental não apenas para quem escreve, mas para todo o conjunto da sociedade. A cada ação da censura, novas vezes se levantavam

A Associação Brasileira de Imprensa, sindicatos, estudantes e a intelectualidade em geral. Por mais acuados que estivessem, os jornais sob censura nunca estiveram sozinhos. A cada edição apreendida, um protesto renovado. A cada prisão de jornalistas, novas indignações geradas. Episódios como o da morte do jornalista Herzog sensibilizavam a todos, trazendo no seu bojo um sopro de liberdade.

A censura tornou-se então obsoleta e um fardo difícil de ser carregado pelo próprio regime. Agora ela só serve para o seu destaque, inclusive internacionalmente. Daí não ser de estranhar que até certos setores do próprio regime já tenham levantado há tempos que não tinha sentido manter a censura a órgãos como **Movimento**, **O São Paulo** e **Tribuna da Imprensa**, cujo raio de ação é infinitamente menor do que o da televisão e do rádio - estes ainda sob o regime de censura. Mas não é a "lucidez do regime" a que se deve tributar a última vitória conquistada. Se não houvesse no país uma ampla mobilização contra a censura ela ainda continuaria por muito tempo.

O SÃO PAULO

Acabou a censura no jornal "O São Paulo"



Se nos regozijamos da vitória conquistada pelos companheiros do **Movimento**, **O São Paulo** e a **Tribuna da Imprensa**, também compartilhamos da sua opinião de que a luta continua. A censura não foi varrida de vez e sua ação ainda se faz presente, como não está afastada a hipótese de ela retornar com maior intensidade. Depois, é impossível uma liberdade de imprensa em toda a sua plenitude num quadro de um regime autoritário, onde a lei de imprensa e a Lei de Segurança Nacional pairam sobre as nossas cabeças. Conquistar novas vitórias é, pois, uma missão colocada à nossa frente e esta só será definitiva quando a liberdade de imprensa for estendida a todas as camadas da população, sobretudo aos trabalhadores, permitindo o surgimento de uma imprensa que de fato corresponda aos seus interesses. De parabéns estão os companheiros dos três jornais já não mais submetidos à censura-prévia. De parabéns estão todos que de uma forma ou de outra se solidarizaram com a luta contra a censura e pela liberdade de imprensa.

Os nossos sentimentos estão também expressos na faixa carregada pelo balão que a equipe de **Movimento** soltou ao saber da alvissareira notícia: "Abaixo a Censura".

(*) Este texto, no original, foi encaminhado como carta-editorial de **EM TEMPO** aos companheiros dos jornais **Movimento**, **O São Paulo** e **Tribuna da Imprensa**.

“O tempo não

Márcio Moreira Alves, o “pivô” da crise que gerou o

“A brutalidade da estrutura capitalista que se desenvolveu no Brasil, a crueza da expropriação dos assalariados e camponeses, criaram uma rejeição suficientemente forte do nosso capitalismo selvagem para que seja impossível o desenvolvimento de um movimento popular que não se proponha a substituí-lo por relações de produção mais justas, quer dizer, socialistas”.

Entrevista a Cecília Thompson, em Lisboa.

A 3 de setembro de 1968, um até então quase obscuro deputado do grupo do MDB a que se convencionara classificar de “dos imaturos” — Márcio Moreira Alves, 32 anos, nascido em Montes Claros, MG, e criado na Vieira Souto, em Ipanema — fazia num pequeno expediente da Câmara um discurso que, segundo ele mesmo declarou recentemente em Lisboa, “do ponto de vista do conteúdo” talvez tenha sido seu pronunciamento “menos importante”.

Importante ou não, num processo vulgarmente conhecido por “bola de neve”, desembocou a 13 de dezembro de 1968 no fechamento do Congresso Nacional e na decretação do AI-5 — talvez a medida mais repugnante de todo o vasto catálogo de arbitrariedades que assola o país.

Em sua fala, além de denunciar a invasão do campus da Universidade Brasília e o espancamento de estudantes pela polícia e pelo exército, Márcio sugeria às mães que não permitissem que seus filhos participassem dos tradicionais desfiles de 7 de Setembro organizados pelas escolas, em que eles marchariam “junto aos alcoses dos estudantes”, pedindo ainda às mulheres brasileiras que boicotassem os militares não mais “dançando com os cadetes ou frequentando os jovens oficiais”. Do texto do discurso constava ainda uma última pergunta: “Até quando o Exército será um valhacouto de torturadores?”.

Marcado pelo regime devido aos combativos artigos que começara a publicar no “Correio da Manhã”, já um mês depois do golpe, denunciando as primeiras torturas de que se teve notícia, no CENIMAR do Rio, e no DOPS de São Paulo, foi o que bastou. Márcio Moreira Alves dera ao regime o desejo de pretexto para os que queriam, em sua própria definição, “acabar com os resíduos de liberalismo da Constituição de 1967”.

Daí por diante o processo foi rápido: 48 horas depois Jayme Portela, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República apresentava ao ministro Gama e Silva um relatório “altamente confidencial” com a íntegra do discurso, e despachado pelo presidente Costa e Silva no dia 9 ao ministro da Justiça “para conhecer e tomar as medidas cabíveis no caso”. As “medidas cabíveis” seriam conseguidas, do próprio Congresso, a autorização para destituir Márcio de sua imunidade parlamentar, processando-o por “grave ofensa às Forças Armadas”.

Depois de dois meses de expectativa, marchas e contramarchas, o Congresso negava, por 216 votos contra 141, e 12 em branco (entre os quais o próprio Márcio), a licença para processá-lo. Deputados dos dois partidos gritavam “Viva a Democracia, viva o Parlamento”. O líder do MDB, Mário Covas, saía emocionado de seu gabinete, enquanto um satisfeito contínuo da Casa-Salomão — embolsava os 700 cruzeiros novos que ganhara ao acertar em cheio no “bolo” feito quanto ao resultado da votação.

No dia seguinte o Congresso era fechado e com ele as últimas garantias constitucionais dos brasileiros eram abolidas.

“Para mim — diz Márcio — iniciava-se um curto período de clandestinidade e um longo exílio”.

Vivendo agora em Lisboa, na que considera a “etapa final” desse exílio, ele leciona no Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica, onde ministra o curso “Dependência e Subdesenvolvimento”, para um ateno 4º ano de estudantes de economia, 70 jovens que procuram aprender a reinterpretação as relações econômicas dos países do Terceiro Mundo num Portugal que já se livrou da ditadura.

Lisboa é a última paragem de um roteiro que inclui o Chile, Paris, Havana (onde ganhou em 1972 o prêmio Testimonio da Casa de Las Americas, com seu livro *Un Grano de Mostaza*



O Congresso nega no dia 12 de dezembro de 1968 a licença para processar Márcio Moreira Alves, por 216 votos contra 141.



O último dia no Congresso

Em Tempo: Como é que você vê a criação de novos partidos, numa superação da Arena- MDB?

Márcio Moreira Alves: Há hoje, em alguns setores da sociedade brasileira, uma grande agitação em torno da formação de novos partidos. Todos sentimos que, quer a ditadura sobreviva um pouco mais, quer se restabeleça um sistema democrático, haverá a prazo curto que fazer opções que ultrapassem o quadro caricatural da Arena e do MDB. É evidente que, na primeira hipótese, a ditadura incentivará o desdobramento dos partidos existentes. Primeiro, para poder desvincular-se da derrota eleitoral dos seus empregados no Congresso. Em segundo lugar, o que é mais importante, para poder compor, com uma ala aderida do MDB, uma outra frente conservadora.

Caso se disponha a fazer algumas concessões administrativas, a permitir a ascensão a governos estaduais e municipais de determinados intermediários entre o governo federal e o povo, a distribuir algumas verbas e empregos, não terá maiores dificuldades em conseguir esse objetivo, desde que mantenha os instrumentos de repressão do AI-5. A política do Rio de Janeiro, co-

mandada pela camarilha do Chagas Freitas, que se instalou no vazio criado pela decapitação das lideranças populares, é uma demonstração dessa possibilidade.

Na segunda hipótese, a da democratização, a pluralidade de correntes ideológicas existentes no seio do povo levará naturalmente à formação de partidos de direita e de esquerda. A candidatura Magalhães Pinto e o programa que apresentou, bem como o “Projeto Brasil” de Teotônio Vilela e Rafael Almeida Magalhães, representam o lançamento das bases de uma grande aliança conservadora. O Rafa, aliás, é o que de mais parecido há no Brasil com o Adolfo Suárez, da Espanha: criado na versão tupiniquim do franquismo, o lacerdismo, é suficientemente inteligente, moderno e audacioso para liderar uma abertura democrática na qual, a curto prazo, as forças conservadoras têm todas as chances de serem dominantes. Mas o que pessoalmente me interessa, não é uma frente conservadora, ainda que reconheça o seu poderio, de vez que disporá de quase monopólio dos meios de informação, dos recursos financeiros e do apoio do aparelho policial e de repressão. O que me interessa é a

organização do povo, não a sua manipulação.

A questão da manipulação da vontade popular, ou seja, do voto dos dominados e dos oprimidos, é que está no centro das discussões sobre partidos que se processam no seio da oposição. Atualmente, há duas hipóteses em confronto; a da reconstrução do PTB e a reconstrução do movimento popular, do qual setores petebistas, sobretudo no Sul, são uma parte. Na verdade, há uma diferenciação mais profunda. Trata-se de saber, se o movimento popular servirá de instrumento de negociação entre membros da classe dominante, como em muitas ocasiões do passado, ou se poderá estruturar-se, a partir de núcleos de base, para lutar por uma divisão do produto social que corresponda verdadeiramente ao esforço que cada setor emprega na produção.

No passado, alguns líderes populares foram, como na república romana, tribunos do povo. Saídos da classe dominante, cavaleiros ou patrícios, interpretavam para os seus pares algumas das mais sentidas aspirações populares. Com isso, entravam em conflito com camadas

O Brasil mudou de cara

EM TEMPO: Como é o Brasil, hoje, para você, que está longe há dez anos?

Márcio Moreira Alves — O tempo não passa em vão. Nestes últimos dez anos o Brasil mudou completamente de cara. Para quem foi obrigado a ficar de fora é provável que esta mudança seja ainda mais evidente. Para continuar a entender o nosso povo e a contribuir no que podemos para a sua emancipação, somos forçados a uma disciplina constante de estudo, de conversa, de sistematização da informação. A necessidade desse estudo cotidiano é, talvez, a única vantagem do exílio. Mas, voltando às mudanças: hoje a burguesia é diferente, diferentes são as camadas intermediárias dos serviços e do comércio, o operariado e o campesinato em relação ao que eram em 1968. Em consequência, a forma e o conteúdo do pacto político também têm de ser diferentes para chegarmos a um equilíbrio da sociedade, quer do lado dos que mudam como dos que calam. Essa é razão da busca arrojante de novas fórmulas por parte da ditadura e da urgência do debate por parte dos diversos setores da oposição.

Em 1968 a burguesia brasileira era em grande parte privada, embora se apoiasse no Estado, e produzia ou bens de consumo corrente ou peças para as indústrias de bens de consumo duráveis das multinacionais ou, finalmente, alguns produtos de exportação baseados em matérias primas agrícolas e de fraca elaboração, como café solúvel, por exemplo.

A participação do Estado na produção já era importante, mas as suas trezentas empresas tinham um peso infinitamente menor do que têm as mil empresas estatais de hoje no conjunto da economia. A Vale do Rio Doce, por exemplo, não dera ainda os seus inumeráveis filhotes e exportava menos de 10 milhões de toneladas de minério de

ferro; a Petrobrás recém iniciava a sua participação na petroquímica, a maior usina hidroeétrica do país era a de Furnas, hoje apenas um elo médio na gigantesca máquina sob o controle da Eletrobrás e assim por diante.

Hoje esse panorama está transformado. No interior do aparelho de produção do Estado, responsável por bem mais da metade do investimento fixo de capital que todos os anos se faz na economia, surgiu uma burguesia tecnocrática e uma burguesia política. Burguesia, porque os tecnocratas e os administradores políticos dirigem o setor estatal com a lógica capitalista de obtenção de lucros constantes, porque os verdadeiros produtores, que são os operários, não têm participação nas decisões e porque, através de salários equivalentes aos dos administradores das multinacionais, os dirigentes se apropriam de uma parte considerável do excedente social e isso sem contarmos as mordomias e a corrupção.

Essa burguesia tecnocrática controla recursos empresariais e credícios infinitamente superiores aos da burguesia privada brasileira e maiores que os das filiais das multinacionais instaladas no país. No entanto, dirige a economia de acordo com esses dois outros setores, a eles se associando e tomando decisões que os favoreçam. O que não quer dizer que os burgueses-burocratas, não tenham interesses próprios e o instinto de todo administrador de oligopólio de garantir para a sua organização um crescimento permanente.

As decisões que tomam em benefício das burguesias privada e multinacional são determinadas não apenas por necessidade política — a de manter a base de apoio do regime — ou ideológica, como por interesse próprio. A existência de um setor privado permite-lhes passar de um lado para outro, do Estado para o setor privado, quando terminam os seus mandatos ou quando

acumulam dinheiro suficiente. Para eles, a existência dessa alternativa de passagem é importante, mesmo se raros são os que a fazem. Se olharmos os quadros tecnocrático-políticos do Estado desde o governo Castelo Branco até hoje, verificaremos que os poucos que abandonaram o setor público são ou ex-militares ou ex-diplomatas, pessoas como o coronel Mário Andreazza ou o embaixador Pio Correia. Os economistas e os engenheiros que deram o salto se contam nos dedos.

A permanência dos quadros técnicos no aparelho do Estado e a maior mobilidade dos quadros cuja nomeação se deve a fatores políticos cria entre esses dois grupos uma cisão importante. Os verdadeiros tecnocratas, do tipo do Marcos Viana, engenheiro, presidente do BNDE, ou do Carlos Geraldo Longoni, economista, Delfim-boy, diretor da Fundação Getúlio Vargas, sabem que a menos que ocorra uma improvável revolução verdadeira a curto prazo, sempre terão o seu lugar garantido. Isso faz com que sejam mais receptivos à mensagem da redemocratização, que sejam escolhidos como interlocutores de Carter, interessado em fortalecer a oposição conservadora, e até que sejam abertos ao ideário da social-democracia europeia.

Afinal, qual é o modelo dessa social-democracia made in Germany? É a ampliação do setor produtivo do Estado, o que lhes interessa, e uma mais justa distribuição do produto social, o que não os agride. Já os administradores que devem as suas posições a favores políticos ou à sua posição na hierarquia militar, não têm a mesma garantia. Qual o Ministro de Minas e Energia que, no seu perfeito juízo e buscando eficiência e idoneidade administrativas, iria nomear o coronel Costa Cavalcanti diretor de Itaipu ou o Antonio Carlos Magalhães presidente da Eletrobrás? Mudado o regime, homens deste tipo voltariam a ter de cavar a

vida junto aos coronéis donos de votos de cabresto, no interior de Pernambuco e da Bahia, em eleições que custam cada vez mais caro. Isso faz com que sejam os mais ardentes defensores da ditadura e se oponham a qualquer modificação no status quo.

ET — E como é que você vê as transformações sofridas pela “burguesia nacional” nesta década?

MMA — Acho que também no interior da burguesia privada brasileira ocorreu uma clivagem importante. O grupo que antigamente menos se opunha às reivindicações sindicais e aos aumentos de salários eram os fabricantes de mercadorias que são consumidas por todo mundo, como tecidos, calçados e alimentos. Um aumento do salário mínimo significava, imediatamente, um aumento das suas vendas. E caso tivessem dificuldades momentâneas de caixa, o Banco do Brasil estava ali mesmo, para emprestar o necessário. Houve um tempo em que sempre que se falava de “burguesia nacionalista” ou de “burguesia progressista” citava-se logo o José Ermirio de Moraes, fabricante de alumínio, de tecidos e de açúcar, ou o Fernando Gasparian, industrial têxtil. Os “reacionários” ou os “entreguistas” eram os ligados ao setor exportador ou ao setor metalúrgico, cujo mercado eram as multinacionais.

Hoje, a situação mudou bastante. Os que apóiam o regime e o seu modelo de multinacionalização da economia continuam a ser, em grande parte, os exportadores, mas o que exportamos agora é o que antes se consumia internamente: sapatos, roupa, tesouras, eletrodomésticos leves, etc. O que aconteceu? A política de archoço salarial de Roberto Campos-Delfim Neto destruiu o mercado interno para esse tipo de bens populares ao mesmo tempo que os incentivos à exportação faziam do Brasil uma espécie de plataforma para ven-

der no exterior o que antes se vendia para os brasileiros. Para esse tipo de industrial, o salário é apenas um custo, enquanto que para o que vende no mercado interno é também um mercado. Se tivémos em conta que aqueles que saem para vender na Europa e nos Estados Unidos tornaram-se sócios menores de empresas estrangeiras, poderemos compreender porque se opõem à redemocratização, que implicaria em liberdade sindical e aumentos de salários.

A “burguesia liberal”, “progressista” ou lá que adjetivo mereça, é a ligada ao setor de bens de equipamento ou à metalurgia pesada. São os Bardella, os Vilers, os Mindlin. É um grupo recente, de alta produtividade — capital intensivo, como se diz em economês — e cujo principal cliente é o Estado. Neste tipo de indústria, a folha de salários pesa muito pouco em relação ao conjunto do capital circulante. Uma duplicação ou triplicação do salário mínimo não altera quase nada.

Mas, por outro lado, como o Tesouro Nacional é financiado fundamentalmente por impostos indiretos, os que são pagos por todos, quaisquer que sejam os seus níveis de renda, um aumento do consumo interno daria ao Estado os recursos necessários para continuar programas de investimento, como a “Ferrovia do Aço”, ora paralisada, ou outros, reduzidos. Daí que podemos somar o interesse próprio à ideologia liberal que, como empresários modernos, possam ter, para explicarmos as suas corajosas posições a favor da liberdade sindical e da mudança do regime. Sobram as multinacionais, que, embora preferindo os regimes autoritários de direita, como o nosso, o do Chile, da Argentina e do Uruguai, são perfeitamente capazes de se adaptarem a quaisquer estruturas políticas. Basta lembrar que as multinacionais norte-americanas têm 1.200 filiais na Europa

do Leste e que o Japão produz na China 30% dos caminhões que exporta.

ET — Como é que fica a classe-média, nesse quadro?

MMA — As camadas médias, como sempre, levam pau de todo lado e ajudam a baixar o pau nos outros. Em 64, a sua mobilização, através da campanha do medo ao comunismo, criou a base social para o golpe de Estado. Hoje é até ridículo pensar que tanta

do Leste e que o Japão produz na China 30% dos caminhões que exporta.

O falecido ex-presidente Costa e Silva e baixou o AI-5

passa em vão"

AI-5, concede sua primeira grande entrevista no exílio.



No escritório em Lisboa, Moreira Alves com a repórter

da classe dominante, ainda que não se propusessem a mudar radicalmente o sistema social. João Goulart, ao agitar o debate da reforma agrária, foi uma espécie de Caio Graco, assassinado exatamente por querer dividir as terras do Lácio. Esse tipo de intermediação, que prevê uma participação muito limitada dos representados pelo tribuno, demonstrou ser ineficaz para melhorar a situação do povo.

A sua reprodução não me parece nem aconselhável, nem viável. Entre parentes, e já que há uma salutar moda de Gramsci no Brasil, o tribuno do povo não tem nada a ver com o intelectual orgânico do proletariado.

EI - Você falou em "reconstituição do PTB". O que é que você quer dizer exatamente com isso, e qual seria seu resultado?

MMA - Essa "reconstituição", encarada como reprodução tal e qual do partido que existiu daria evidentemente alguns resultados ridículos. Caso se aceitasse todas as "lideranças históricas", o partido dos trabalhadores não teria força alguma no maior centro operário do país, em São Paulo, onde o PTB elegia apenas a Ivete Vargas. Em Minas Gerais, onde há hoje em

um movimento sindical extremamente combativo, sobre tudo na cidade industrial de Belo Horizonte, o PTB

elegia o Padre Nobre e o Santiago Dantas. E no Piauí, sabem quem? O Petrólio Portela! Acho que da mesma forma como mudou o conjunto da sociedade, mudou a burguesia, o proletariado, as camadas do setor serviço, o campesinato; também os partidos políticos têm de mudar.

Há quem opine que corremos o risco de ter, outra vez, um PTB com massas eleitorais e sem quadros, e um Partido Socialista sem massas e com quadros. Na minha opinião essa é uma visão estática do processo brasileiro. O que penso é que a brutalidade da estrutura capitalista que se desenvolveu no Brasil, a cruza da expropriação dos assalariados e dos camponeses, criaram uma rejeição suficientemente forte do nosso capitalismo selvagem para que seja impossível o desenvolvimento de um movimento popular que não se proponha a substituí-lo por relações de produção mais justas, que dizer, socialistas. A alternativa real é entre um PTB com poucas massas eleitorais e sem qua-

dro e um Partido Socialista com ambos, mas enfraquecido pela não adesão dos que acreditam na "reconstituição" dos antigos partidos. **ET - E como fazer esse partido com um programa de conteúdo socialista e uma estrutura organizacional que permita a participação e a ascensão das massas populares, ou seja, que elimine o caudilhismo?**

MMA - Esse é um problema para o qual não tenho - e penso que ninguém tem - uma resposta pronta. É a própria elaboração do programa e das estruturas organizacionais que o poderá resolver. O que sei, é que para chegarmos lá, teremos, primeiro, que reconquistar os nossos direitos básicos e inalienáveis: a liberdade de expressão, de organização sindical e partidária, o restabelecimento das garantias individuais, das quais o *habeas corpus* é um símbolo, a anistia ampla e irrestrita, o direito de escolher, pelo voto direto, os nossos governantes.

Esses direitos elementares do nosso povo podem e devem servir de base a uma aliança amplíssima que vá desde os setores politicamente liberais e socialmente conservadores, como os representados por Magalhães Pinto, pelos grupos militares

que falam através do coronel Tarcísio Ferreira, até os setores da extrema esquerda, representados por alguns grupos estudantis e libertários.

ET - Qual o papel das Forças Armadas?

MMA - É das Forças Armadas que tudo depende na conjuntura imediata. Tendo, em 68, servido de pretexto para uma manobra do grupo de militares mais ligados à teoria da guerra interna e aos aparelhos da repressão, tratei de estudar, nos últimos anos, o que são os exércitos no Terceiro Mundo. Li e discuti bastante sobre o assunto, sobretudo com o Alain Joxe, que é o maior especialista francês no setor. Alain acha que nos países subdesenvolvidos os exércitos só podem ter ou uma função repressora ou uma função libertadora. Essa última é assumida, por vezes, por exércitos que não fizeram uma revolução, mas que serviram de berço ao Estado, como é o caso do Congo-Brazzaville ou do Benin.

Houve um momento, entre março e julho de 75, em que pensei que o mesmo poderia acontecer em Portugal. Naquele período, as Forças Armadas de Portugal eram comandadas por capitães, majores e

tenentes-coronéis, graduados em gerais - os homens que, tendo feito a guerra colonial, derrubaram a ditadura e, posteriormente, adotaram um projeto social-libertário para a sociedade portuguesa. No entanto, além de lhes faltar condições materiais para levar adiante um sonho tão ousado em um país do tamanho de Pernambuco, e excessivamente dependente do resto da Europa, cometeram uma série de erros políticos que acabaram por afastá-los dos centros do poder.

O principal, a meu ver, foi o de não terem consolidado a posição que haviam conquistado na hierarquia militar e de se terem deixado dividir por debates ideológicos de importância relativamente secundária. No entanto, apesar do fracasso final, deram um belo exemplo. De abril de 1974 a julho de 1975 o povo português ficou devendo aos seus jovens oficiais o restabelecimento da democracia, uma constituição progressista que hoje é um freio a tentativas de volta ao passado, uma reforma agrária no Alentejo, a nacionalização dos principais monopólios e do sistema financeiro, e muitas vantagens no campo trabalhista, como o seguro-desemprego, os contratos coletivos, um grande aumento do poder de compra dos salários mais baixos.

O que o contra golpe conservador de novembro de 76 provocou foi o encerramento da busca de novas funções para os militares: os helicópteros deixaram de buscar doentes nas aldeias remotas, a engenharia militar deixou de abrir caminhos e fazer pontes, e, sobretudo, os oficiais, sargentos e soldados deixaram de se ocupar da educação popular, atividade que educava os professores através do contato com a dura cara do subdesenvolvimento da sua terra, tanto ou mais que os educandos. A meu ver, não é nem possível nem desejável, em um país subdesenvolvido e dependente como o Brasil, que os militares se tranquem nas casernas, a se prepararem para uma guerra que possivelmente não acontecerá.

Os vinte mil oficiais, os quarenta e tantos mil sub-oficiais, sargentos e especialistas que temos, representam uma massa de quadros de nível superior e médio cuja formação custou muito dinheiro ao povo e cujos conhecimentos têm de fazer parte do nosso fundo de desenvolvimento econômico. Aliás, algumas das principais decisões para o fortalecimento das nossas tentativas de independência econômica - a siderurgia e a Petrobrás por exemplo - nasceram de oficiais das Forças Armadas e foram combatidas por outros, exatamente os generais que tomaram o poder em 1964. O problema está em encontrar a forma de conjugar essa participação com as aspirações populares e subordinar o monopólio da violência que as Forças Armadas devem deter ao controle político

exercido pela maioria dos brasileiros. E um problema difícil mas não impossível de se resolver.

ET - Dentro dessa dificuldade, qual seria o maior obstáculo?

MMA - Um dos maiores obstáculos que temos de ultrapassar para chegarmos à democracia e à justiça social é a defasagem que existe entre o pensamento dos membros do quadro de oficiais generais, todos homens beirando ou tendo passado dos sessenta anos, e as aspirações de uma sociedade jovem, em um mundo que mudou muito desde a época em que esses generais formaram o seu quadro de raciocínio - os anos quarenta e cinquenta. A razão pela qual as entrevistas do General Figueiredo são acolhidas com espanto e uma hilaridade amarga está nessa defasagem.

Na verdade, ele representa a média do que os norte-americanos ensinaram aos oficiais latino-americanos no auge da Guerra Fria. Ora, nós vivemos hoje no período da *détente*, do conflito sino-soviético, da concorrência entre os EUA, o Japão e a Alemanha, do avanço da social-democracia como ideologia de substituição do liberalismo de Jefferson e da Revolução Francesa.

E, apesar de serem essas mudanças sentidas até mesmo nas classes dominantes civis, elas levam mais tempo a penetrar nas Forças Armadas, em virtude do sistema de promoções da sua hierarquia em tempo de paz. Em tempo de guerra, a promoção militar tem um caráter de urgência que seleciona a competência sem at-se à idade dos oficiais. Cordeiro de Farias chegou a general aos 39 anos de idade porque participou de um período de revolução e de uma guerra mundial. Os seus equivalentes de hoje são, no máximo, tenentes-coronéis. O exército norte-americano tem generais na casa dos quarenta anos, o brasileiro não. O nosso sistema de promoções é baseado em um tripé: cursos acadêmicos, na ESAO, na ECEME, escolhas políticas, que tendem a perpetuar o perfil ideológico de quem faz as listas de promoções; e, fundamentalmente, antiguidade. O peso que se dá à antiguidade faz com que a visão do mundo dos oficiais generais tenda a ser mais atrasada do que a do conjunto da sociedade. Homens que estudaram e aprenderam a pensar há 30 ou 40 anos comandam um país cujo centro dinâmico está na faixa de idade dos que nasciam quando os que comandam já paravam de estudar...

Não é de estranhar, portanto, que as suas declarações nos pareçam dramaticamente desligadas das aspirações do conjunto da sociedade. Como resolver esse problema fundamental para o futuro do Brasil? Mais uma vez, não tenho resposta. A solução sairá, certamente, das próprias Forças Armadas.

"Uma quantidade muito grande de pessoas que antes tocavam de ouvido aprendeu a tocar música".

gente acreditou que o governo do Dr. João Goulart caminhava para o comunismo. Se não doesse eu morria de rir. Mas o fato é que acreditou e houve o golpe. Durante alguns anos, o período do "milagre", a acumulação feita nas costas dos trabalhadores e as injeções de crédito externo foram de tal ordem que sobravam umas minguadas táticas do bolo para o terceiro escalão. Os Delfim-boys e os seus parceiros privados que faziam a

máquina funcionar engordavam, e o terceiro escalão não emagrecia.

Portanto: boca de siri e olhos fechados para a repressão. Com o fim do milagre, o cinto apertou e as vozes, antes isoladas, de profissionais, de estudantes e de intelectuais, que reclamavam a participação nas decisões políticas que lhes havia sido roubada e o restabelecimento de um Estado de Direito democrático, começavam a ser ouvidas. Não só começavam a ser ouvidas, como recolhiam adesões, progressivamente militantes. Quem imaginaria, há dez anos, quando o Sobral Pinto e o Heleno Fragoso contavam com o apoio de poucas dezenas de colegas para as denúncias que faziam, que os advogados tomariam a posição agressiva que hoje têm nos estados mais importantes? Ou que depois da matança de 1970/73 os estudantes voltassem às ruas, os intelectuais se reorganizassem, melhores e mais combativos, as universidades reclamassem a volta dos expurgados?

Acho também que uma das mais profundas mudanças que ocorreram no Brasil desde 1964 foi a transformação da força de trabalho nos campos. Ao lado do latifúndio, e dentro dele, tivemos, durante séculos, uma população semelhante à dos camponeses europeus saídos da divisão das terras em fins da Idade Média. Em outras palavras, eram famílias que viviam em grande parte um sistema de auto-abastecimento, quer possuíssem ou não o pedaço de terra onde plantavam os seus cereais e legumes, criavam as suas galinhas e porcos. Só uma parte relativamente reduzida do que compravam era obtida pela venda da sua força de trabalho ao fazendeiro. A exceção a esse sistema ocorria apenas nas regiões da cana de açúcar, onde a voracidade de terras do monocultivo não deixava aos moradores espaço al-

gum para a roça de auto-abastecimento. Nelas, o "camponês" sempre foi um assalariado agrícola, um proletário rural que tinha de obter no mercado todas as mercadorias que consumia.

Essa a razão pela qual a organização sindical e as lutas reivindicatórias nas zonas da cana de açúcar sempre foram mais desenvolvidas e mais radicais que nas outras regiões do país. O projeto econômico de modernização e multinacionalização da economia brasileira - o modelo Roberto Campos-Delfim Neto - transformou completamente esse panorama. Os incentivos fiscais e o crédito agrícola privilegiaram alterações na força de trabalho e do preço da terra, e aumentando o da maquinaria agrícola, de cultivo, e de beneficiamento.

Por outro lado, pelo menos na região Centro-Sul, generalizou-se a aplicação da lei Fernando Ferrari, que estende aos trabalhadores rurais a legislação trabalhista. Essas duas políticas tiveram como consequência uma rápida expulsão da força de trabalho dos campos. O colono foi substituído pelo bóia-fria, que é um assalariado rural de novo tipo, de vez que não tem um vínculo empregatício direto com o empresário rural para quem trabalha, e, em consequência, é ainda mais desprotegido que o cortador de cana do Nordeste.

É claro que essa evolução não tem apenas razões econômicas. Nestes anos a população universitária multiplicou-se por 10, os estudos da realidade brasileira se ampliaram, elevando-se a um nível jamais alcançado, uma quantidade muito grande de pessoas que antes tocavam de ouvido aprendeu a tocar por música.

E houve um fator inédito e de importância fundamental - a clarificação do discurso político da Igreja Católica. Em parte, essa clarificação se deu atra-

vés do Episcopado, mas a sua razão mais profunda está na transformação das estruturas eclesiais. A crise de vocações para o sacerdócio fez com que a Igreja brasileira tivesse de inventar um sistema organizacional independente dos seus quadros profissionais - os padres, as freiras e os religiosos. Esse sistema foi o das Comunidades Eclesiais de Base, que popularizaram a implantação do catolicismo e colocaram a hierarquia frente às duras realidades vividas pelo povo. Quando os bispos passaram a ser pressionados pelas reivindicações das bases, tiveram de ir mais adiante na sua pregação política e social do que normalmente iriam, caso permanecessem isolados das massas. Se bem que uma firmeza como a de Dom Evaristo Arns continue a ser excepcional, ela está longe de ser um fenômeno solitário.

ET - Quais seriam, a longo prazo, as consequências políticas dessa mudança?

MMA - Podem ser muito grandes. Enquanto é extremamente difícil conscientizar e organizar o colono tradicional, dada a sua dispersão e o sistema de relações paternalista no qual vive, é mais fácil fazê-lo com o bóia-fria, aglomerado nas periferias das cidades do interior e objeto de relações de trabalho impessoais e escorchantes. Camponeses mesmo, na acepção clássica, existem nas zonas de abertura de fronteiras, como Goiás, Mato Grosso, algumas zonas do Maranhão, do Pará e do Amazonas. São os posseiros, que também têm sido agredidos pela Política de favorecer as grandes empresas capitalistas. É quando essas empresas tentam, geralmente com a ajuda de jagunços e da polícia, tomar as suas terras que os mais violentos conflitos correm. E sempre necessária uma dose de violência para roubar a terra a quem já as tem do que para dela expulsar quem meramente a utiliza por empréstimo

ou por arrendamento, sem acreditar que tenha direito de propriedade.

Penso que, com paciência, trabalho, e respeito pelo nível de consciência dessas populações, já é hoje possível implantarem-se bases de um partido popular de conteúdo socialista, no campo brasileiro, o que era impossível quando prevaleciam as relações paternalistas colono-fazendeiro. Isso é um avanço importante, como demonstram as lutas do posseiro contra a grilagem oficializada das Volkswagen, das Ormetos, etc.

ET - E o operariado, também é novo?

MMA - O operariado também sofreu profundas modificações na sua composição, número, localização e até na sua ideologia, desde 1968. Há pouco tempo organizou-se uma mesa redonda de sociólogos especializados em sociologia do trabalho - Leônico Martins Rodrigues, Eunice Durham e Andrea Loyola - e chegaram à conclusão, com um ar pessimista, de que o operário brasileiro é um reformista. Pessoalmente, acho que isso é um progresso ideológico - antes já era instintivamente reformista, quando votava nos populistas, ou não era nada. Era voto de cabresto, manipulado pelo cabo eleitoral, pelo pai de santo, sei lá mais por quem. O Silveira Sampaio dizia que na Amazônia o feudalismo era um progresso, porque o que existe por lá é trabalho escravo...

A meu ver, o que aconteceu nestes anos foi uma grande concentração do operariado em torno de alguns pólos de industrialização - a região de Porto Alegre, de Belo Horizonte e Ipatinga, em Minas, o Grande Rio, Aratu, na Bahia, Recife e, sobretudo, em São Paulo. Paralelamente, houve um aumento do número de operários e a entrada na força de trabalho de operários de segunda e terceira geração perfeita-



Estudo do projeto que fechou o Congresso

LOBO ATACA FIGUEIREDO

Parente do candidato arenista se rebela e passa para o MDB

Salvador, 11 de maio de 1978.
Excelentíssimo
sr. dr. Ulisses Guimarães.
Digníssimo Presidente do MDB.
Cordiais Saudações.

Inteirado pela imprensa da presença de Vossa Excelência nos próximos dias em Salvador, na qualidade de eleitor constitucionalista de 1932, é do meu desejo ser constituicionalista de 1978 incorporando-me às fileiras da agremiação política que dirige.

As suas ordens, fico à rua Inácio Tosta, 160, apartamento 2, no bairro de Nazaré, nesta capital. Boas Vindas.

Atenciosamente,
Jose de Figueiredo Lobo.

O presidente do MDB está longe de imaginar que o remetente da carta é o mesmo capitão Lobo, que em 1936 foi carcereiro do escritor Graciliano Ramos, quando ele esteve preso em Recife, e é retratado no livro "Memórias do Cárcere" como um homem justo, um dos mais importantes personagens da obra.

Talvez, Ulisses Guimarães fique mais surpreso ainda com isso: José de Figueiredo Lobo é cunhado de João Baptista Figueiredo, candidato a futuro presidente da república. Sua irmã, Alba de Figueiredo Lobo é mulher de Guilherme Figueiredo, irmão do ex-chefe do SNI. Ele foi, ainda, ajudante de ordens do general Euclides Figueiredo, em 1932 e com ele exilado, ao lado de Austraço de Ataíde, Júlio Mesquita e outros.

Hoje o capitão Lobo é um general de reserva, defensor da democracia, do voto livre, da anistia, e extremamente insatisfeito com os rumos que tomou o movimento de março de 64, que na sua opinião "degenerou". E mais que isso:

"Eu sou um dissidente da Arena, voltei minhas armas contra o governo, porque não era mais possível. Veja o que eu escrevo nesta carta, com o País passando a vicissitude que está, com o filho de um homem que fez a revolução de 1932, eu começo dizendo que fui um constitucionalista de 32, quero ser constitucionalista de 1978. Tenho que entrar no partido que o povo está se agasalhando, indiferente de credos, todos estão se aglomerando. Levaram o país a uma agitação, eu não devo concorrer para a agitação crescer, mas devo acrescentar mais um voto, que a galinha não enche o papo de uma vez. Um voto é alimento da política, é a arma que devemos usar. É isso que eu quero, nós já fomos muito contra o voto, mas hoje nós estamos progredindo com outros povos. Um dia todos os brasileiros, a maioria quase que absoluta, saberá decidir o seu destino. E nós devemos exercitar isso. É por isso que eu saí da Arena. Arena que eu conheço é do império romano".

Quais as razões que levaram um militar, que sempre apoiou os governos instalados no Brasil, a mudar sua atitude radicalmente?

"Eu estou me comprometendo, mas eu preciso falar a verdade. Por isso que eu tomei esta atitude: oposição. Não importa se o partido tem disso e aquilo. Enquanto não tiver liberdade haverá isso, um camarada no MDB que não é do MDB, um na Arena, que não é da Arena. Eu não sei até onde o Governo possa entender uma palavra minha, também não interessa muito não".

E, até João Baptista Figueiredo deverá se surpreender, também, quando souber:

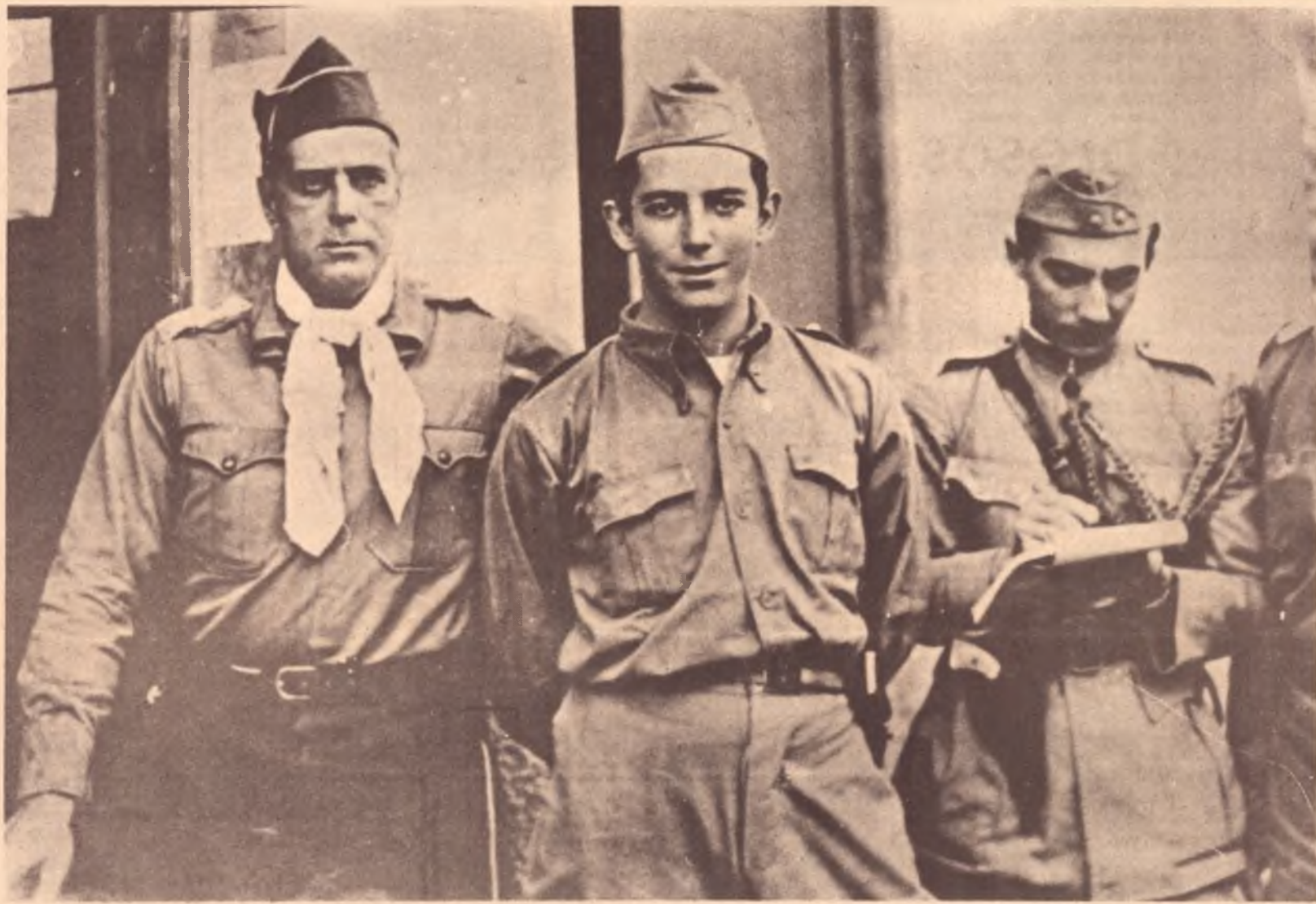
"Figueiredo não sabe que eu vou divergir dele e nem meu cunhado. Vão ter uma surpresa. Mas eu sou Lobo, não sou carneiro. Eu já sou um militar contrafeito, sirvo a um amigo por acaso, pai desse rapaz (Figueiredo), passam-se os anos, esse menino vem à toma para ser presidente da República, dentro da hierarquia militar ele é o primeiro que aceita este lançamento, viola tudo. Nós somos parentes, mas eu tenho minha vida política ligada ao país, eu não sou um tenente, um coronel, um general qualquer. Eu tratei do meu espírito, da minha cabeça, do meu cérebro com dificuldade, porque de 1910 a 1978 só tive isso daí: responsabilidade, vigília, vigília. Vem um de ontem, que não fez nada, só porque é parente eu vou apoiar? Não. Depois de escolhido com todas as falhas que ele tem e que já foram apontadas pelos jornais, não sou eu que vou esconder, com a diferença de idade e servindo ao pai dele como servi.

"Queriam fuzilar Graciliano"

General Lobo não queria seguir a carreira de militar, sua vocação era a de bacharel de direitos, pois é amante da liberdade conforme confessa. Ser militar tolhe muito as pessoas, segundo ele. Ele nunca teve uma promoção por merecimento pois estava sempre em choque com a instituição, é general por antiguidade. Mas acha que os generais representam muita coisa:



Ele também é general. Chama-se José de Figueiredo Lobo. Cunhado do irmão do candidato a presidente da república pela Arena, o ex-chefe do SNI João Baptista Figueiredo. Foi colega de Castelo Branco, Prestes e Juarez Távora. Serviu ao pai de Figueiredo, o famoso general Euclides, como ajudante de ordens e afirma que prendeu Ernesto Geisel em 1932. E ainda por cima, foi carcereiro do escritor Graciliano Ramos, que o retratou num livro de memórias. Uma história sensacional: "Hoje sou um dissidente da Arena. Voltei minhas armas contra o governo, porque não era mais possível. Agora tenho que entrar no partido que o povo está agasalhando: o MDB. O Figueiredo não sabe que eu vou divergir dele. Vai ter uma surpresa. Mas eu sou Lobo, não sou carneiro. Ele é o primeiro que aceita este lançamento de candidatura, viola tudo dentro da hierarquia militar. Nós somos parentes, mas eu tenho minha vida política ligada ao país, eu não sou um tenente, um coronel, um general qualquer".



Euclides Figueiredo, seu filho Guilherme e o general Lobo, na época capitão. Do álbum histórico.

"Não existem generais com nome de grandes capitães. A história só registra os grandes capitães, general para mim é fim de vida, fim da linha. Se eu sou comandante de um regimento, uma companhia, ela vai pra rua, eles são absolutos, eles é que tem o comando, decidem".

A pesar de ter tido grande participação política na vida brasileira, o general Lobo não gosta da atividade:

"Meu pai foi governador de Sergipe e eu podia ter passado a ser vereador. Mas eu acho que a política é para ser feita pelos homens que tem cabedal e não infestado como está agora, um indicador. O que é isso? Um homem que não tem nada de partido (Esmeraldo Barreto) joga um presidente da república, fere-se logo a hierarquia, que é uma das questões que estão aflorando, a do Hugo Abreu. Eu não conheço ele, mas ele agiu como um homem, fez um relatório, que já transpirou nos jornais, onde ele acusa Figueiredo e os filhos. Como dirigir? Mas, agora eu pergunto, como Magalhães Pinto: queria saber primeiro a origem da candidatura de Euler. Qual é a origem desta candidatura que invocaram para ele? Figueiredo não pode ser presidente porque ele violou a hierarquia, ele presidente é dar voto ao MDB. O Magalhães Pinto saiu atrasado, como político ele devia se manifestar antes. Ele foi conivente, quando viu que ele não tinha vez, ele saiu. Mas ele tem condições de ser presidente. Existem poucos homens inteligentes hoje no país, só tem pavão".

A Sucessão nos estados é outro ponto de ataque do General:

"O Paulo Duarte está escrevendo uns livros e nesta coleção ele conta que o pai de Figueiredo incompatibilizou-se muito com São Paulo, daí a luta que São Paulo está com ele. Porque Laudo natel não pode, é uma cria. O paulista não admite a imposição. Um nome que ele não quer. Isso fere os brios dos paulistas. Eu acho que São Paulo vai arrastar a Baía, Rio Grande do Sul e Minas e vai haver surpresas. São Paulo não apoia Laudo Natel. Já foi lançado outro candidato, isto é sério, agrava-se a situação. Eu me filiei ao MDB por causa destas coisas, embora o futuro presidente da república seja meu parente. Eu sou contra a um processo de reconstitucionalização do país com estas restrições, nós não podemos opinar".

"Toda cadeia tem tortura"

Quando se aborda a questão das torturas, hoje, o general Lobo é taxativo:

"E aí que eu estou no MDB, por isso e por outras coisas. Toda cadeia tem tortura, a falta de liberdade já é uma. Eu já fui preso, já tive um preso como Graciliano Ramos que queriam fuzilá-lo, não puderam me tirar da sua guarda. Não preciso dizer que sou contra o assassinato de presos políticos. Isso tudo obriga a esta reação que estamos tendo, inclusive eu. Hoje a reação do Brasil é coletiva, quem não fala é quem tem medo, quem está debaixo de suor de braço. Eu era muito conhecido no Exército por minhas atitudes. Militar fica acovardado porque ele pensa na hierarquia, que perde o monte da mulher do marechal. Eu não quero saber disso, o que vou perder quando eu tomo uma atitude, como tomei agora. Eu sou amante da liberdade sem restrições, sem arbítrio, agir dentro das leis do país, não precisa ninguém passar por cima das leis do país. Isso implica em democracia."

O general Lobo viajou no porão de um navio, do Brasil até a Europa. Viveu no exílio: "O exilado é um homem cercado na liberdade em seu país e continua assim lá fora. O exílio em primeiro lugar, é preciso ter carnatura para enfrentar. O Getúlio Vargas nos mandou para lá, eu fui acompanhado pelo general Euclides Figueiredo. O exilado vive um papel diferente, o de não ter mais direito a sua pátria. Eu fui anistiado, eu deitando a anistia ampla, hoje."

E o SNI, general, já existia algo parecido no seu tempo de ativa:

"Tinha nomes diferentes, a primeira coisa, quando eu era menino, chamava-se tração. Mas tudo progride," ironiza. Depois, com veemência afirma que daria para tudo, menos para espião.

Na sua vida de militar, o senhor já viu algo como o AI-5?

"Os códigos existiam, os regulamentos militares existiam, mas dentro de uma ordem jurídica e não arbitrária. Eu sou enérgico, eu não aceitaria nunca ser juiz militar. Então, agora o tribunal, todo mundo dando opinião antes de julgar."

O que o senhor diz de 1964 para cá?

"Mea culpa. Eu também sou culpado disto tudo, porque eu nunca pensei que a revolução fosse degenerar tanto e por fim recair nas minhas costas como parente".

Em 1964, o general José de Figueiredo Lobo foi designado para chefiar o Instituto de Previdência do Salvador. Já em 1975 o general incompatibilizava-se com o então governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães e o prefeito Clériston Andrade, por ter demitido um protegido seu. O general envia então uma carta ao Conselho Deliberativo do órgão:

"Após atravessar inconspicuo mais de dez anos dirigindo esta autarquia, e não desejando descer à vasa, ao voluntário, para me medir com aqueles que se hão de envenenar na própria inveja estulta, envio aos senhores conselheiros um agradecimento cordial pelo alto estilo observado em nossa convivência funcional, pois jamais praticamos uma administração espoliadora do erário público, que obrigasse esse conselho ou a imprensa, em tão longo período, a intervir sob qualquer pretexto".

Entre os seus colegas de Escola e Colégio Militar, o general Lobo teve Castelo Branco, Carlos Prestes, Juarez Távora. Na década de 20 ele acompanhou a revolta dos tenentes, contra:

"Mas sempre com muito cuidado, pois bastava o Prestes estar na frente para eu considerar o Brasil desprezando uma grande cabeça. Ele é um engenheiro notável, foi um aluno notável. O Prestes definiu o Siqueira Campos, Juarez Távora e João Alberto dizendo que o que mais temia era a rapinagem de João Alberto, a licenciabilidade de Siqueira Campos e a covardia de Juarez, frase dita na Argentina quando viu que os três o abandonaram para aderir a Getúlio. Conta João de Minas, um repórter que foi preso por Siqueira Campos, que Juarez brigou na Coluna Prestes porque achava que a cozinha dormia com Prestes e não dormia com ele".

"Por coerência militar, eu não pude acompanhar a revolução de 30. Se eu tivesse que acompanhar uma revolução naquela época seria a de Prestes. Em 1932, Ernesto Geisel não quis aderir a São Paulo, ficou do lado de Getúlio, e foi preso por mim, sob as ordens do general Euclides Figueiredo".

"Lott era muito burro"

O historiador Hélio Silva diz em um dos seus livros, que em 1937 o general José de Figueiredo Lobo quis matar o então governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha:

"Isso eu já desmenti. Eu fui lá apenas levar uma mensagem de que a emenda número 2 à constituição, causa do golpe de 37, não deveria ser aprovada. Eu estava conspirando com o pessoal de São Paulo, pois eu era um adversário da revolução de 32. O Flores da Cunha não era homem, ele gostava muito de um pano verde, era um jogador".

Foi aí que aconteceu o incidente com o ministro Eurico Dutra?

"Quando eu retornei ele me mandou chamar no gabinete dele. O Dutra era muito ignorante, muito burro, como Lott era outro burro. Quando eu cheguei lá ele começou a gritar com aquela voz de velha desdentada, - foi você, eu tenho aqui o rádio do que foi fazer no Rio Grande -. Eu aí me desandei, levantei a mão para dar-lhe um tapa e fui impedido pelo general Benício Silva, chefe de gabinete. Olhe que eu era um capitão e ele ministro, mas antes ser capitão do que um general esculhambado".

Esse não foi o único desentendimento com os superiores. Também com os generais Juarez Távora e Juracy Magalhães, pois o general Lobo culpa os oficiais de serem responsáveis pela morte do seu irmão na Paraíba, em 1930. O general escreveu um livro, "Consequências da Tragédia do 22 BC na Paraíba", em 1950, pelo qual foi processado na Justiça Militar. Quando fala de Juarez ele é duro:

"Aquele mulato grande só tinha tamanho, a burrice era do mesmo tamanho. Começa a revolução de 30 e ele começa a menstrar pelo pescoço, usava um lenço vermelho, desce para o Norte, e não conhece e história dos vice-reis, e chega lá se intitulando o vice-rei do Norte. Quem conhece a história dos vice-reis não desce com uma tropa para dizer que é vice-reis, isso é um asno enfeitado de general menstruado. Juarez vinha com flores brancas na cavalaria, isso é doença, não é coragem".

Quando se fala em Graciliano Ramos o general Lobo contrapõe de imediato a ingratidão do escritor Jorge Amado, que ele salvou do exílio a pedido do general Euclides Figueiredo. Hoje, o escritor sequer lembra do fato e por três vezes deixou de receber o general. Ao contar detalhes da prisão de Graciliano Ramos, ele acrescenta o nome do general que o autor na obra diz que desejava fuzilá-lo:

"O general Newton Cavalcante, comandante da 7ª Região Militar, era exigente e duro. Um belo dia Graciliano aparece lá preso. Eu o conhecia como um menino inteligente, através dos seus escritos. Ele escrevia nos jornais e eu lia, eu nunca imaginei que um dia ele fosse ser custodiado por mim. Uma noite mandaram preparar tudo, eu não sabia e ninguém sabia o que era. Veio um telefonema do quartel general, e nós já estávamos de prontidão há dias e o quartel começou a se agitar. Era a notícia de que iam chegar os presos. Me disseram que eu ia tomar conta daqueles presos. Eram dez horas quando começaram a chegar com a guarda militar, parecia que eram bandidos, Lamepão nunca foi perseguido assim, morreu no deserto mas não passou aquela decepção. O Comandante disse a Graciliano: você só sendo fuzilado. Graciliano Ramos conta em "Memórias do Cárcere" que o general Lobo mandou buscar em sua casa, roupas de cama e alimentos para os presos. Mas esta não foi a única vez, por volta de 1925, na Bahia, quando foi preso o jornalista Mario Paraguaçu, dono do jornal "A Folha do Rocioiro", junto com outras pessoas, diante das condições de cela, o general mandou buscar, no hotel, comida para todos.

Reportagem de Linalva Maria e Emílio José
Fotos de Vander Prata

Reportagem de Linalva Maria e Emílio José
Fotos de Vander Prata

Reportagem de Linalva Maria e Emílio José
Fotos de Vander Prata



Lobo segundo Graciliano

Na obra "Memórias do Cárcere", o escritor Graciliano Ramos fala de um personagem, o carcereiro, que lhe "dissera cobras e lagartos do fascismo". Era Lobo, na época capitão. Eis alguns trechos:

"Levantava-me quando entrou um moço grave, de olhos vivos, ligeiramente estrábicos, fumando por uma longa piteira (...) A linguagem clara, modos francos, às vezes estabandados, a exceder os limites da polidez comum, diziam-me que ali se achava um homem digno (...) Agradava-me, porém, vê-lo, sentir-lhe a franqueza meio rude, a voz clara, os gestos rápidos e incisivos, no olhar agudo um faísca a indicar tendências para descarrilhamentos e doídices necessárias". "Afinal capitão Lobo devia ser muito mais revolucionário do que eu. Tinha-me alargado em conversas no café, dissera cobras e lagartos do fascismo, escrevera algumas histórias. Apenas. Conservava-se na superfície, nunca fizera à ordem ataque sério, realmente era um dileitante". "Um cidadão aparentemente normal decidia ferir os seus interesses e, coisa mais grave, os interesses de sua classe envoltos em mantos sagrados". "Vendo-o, escutando-o, precisamos saber que ele está do outro lado e é consequentemente um inimigo. Percebendo-lhe a retidão, ficamos em guarda". "Desconhecendo-me o interior, capitão Lobo dissera: - "Não concordo com suas idéias, mas respeito-as (...). Era o que me levava a admirar o capitão Lobo. Isso e a suspeita de me achar diante de um homem singular".

PERU — III

O dia da Constituinte

O Peru já tem, na prática, uma Constituinte. Domingo, 18 de junho, das 7 da manhã às 5 da tarde (o Juri Eleitoral prorrogou em duas horas o período da votação na última quarta-feira), cerca de 5 milhões de peruanos escolhem representantes, entre candidatos de 12 agremiações partidárias, da direita, do centro e da esquerda.

Quase dez anos de regime militar, durante o qual não ocorreram eleições. A chamada "Revolução Peruana", que tantos sustos causou no imperialismo norte-americano e tantos editoriais raiosos arrancou da grande imprensa burguesa, pelo menos na fase reformista do general Velasco Alvarado, parece caminhar para o fim. A fase atual, do general Francisco Morales Bermudez, caracteriza-se, sobretudo, por ter conseguido reunir contra o regime militar praticamente quase todas as classes e categorias sociais peruanas. A grande burguesia foi a primeira a fazer campanha por uma Constituinte, visando retomar o controle direto do Estado e acabar de uma vez com as consequências do reformismo militar, já bem desfigurado pela equipe de Bermudez. As chamadas camadas médias, principalmente os setores da pequena-burguesia (funcionários públicos, pequenos proprietários, intelectuais e estudantes), razoavelmente satisfeitos na época do nacionalismo "radical" da primeira fase da

"Revolução", tenderam a radicalizar suas posições, insatisfeitos com a alta dos preços, com o crescimento da inflação, com o controle salarial e, talvez principalmente, com os notórios "recuos políticos do regime". Os trabalhadores, tanto das cidades como dos campos, que construíram suas organizações sindicais e políticas algumas sob o estímulo do governo, inicialmente, e muitas outras de forma independente, sob a direção das organizações e partidos de esquerda, cresceram em participação nas lutas econômicas e políticas, canalizando (principalmente na fase atual), cada vez mais, seus esforços contra o regime militar e mesmo contra a exploração capitalista.

Regime isolado

Bermudez e sua equipe estão isolados. As Forças Armadas também estão divididas. Existem os setores de direita, que vêem a Constituinte como um passo talvez inevitável, mas arriscado. Cedendo às pressões desses setores é que o governo reprimiu a greve nacional de 22 e 23 de maio e cerceou a liberdade conquistada em função da Constituinte. Lideranças políticas foram banidas, entre elas, inclusive candidatos à Constituinte com Ricardo Dias Chaves, assessor da Federação dos Mineiros e Metalúrgicos do Peru, apoiado pelo Partido Unidade Democrática Popular. Existem os setores que, até hoje, são fiéis à política de Alvarado, apesar de que, muitos desses, abandonaram o Exército e se filiaram à es-

querda, como o ex-general Leonidas Figueroa, presidente do Partido Socialista Revolucionário, também banido. Grande parte das Forças Armadas, a essa altura, prefere confiar na saída da Constituinte, acreditando que será possível à grande burguesia e seus aliados obterem significativa maioria entre os cem representantes eleitos da Constituinte, recompondo forças estáveis de dominação. O risco de não dar certo, para eles, é contrabalançado pelo fato de a Constituinte ter de conviver pelo menos dois anos com o regime militar, antes das anunciadas eleições presidenciais de 1981. Ou seja, se não der certo, há tempo para mudar as regras do jogo.

Bermudez e sua equipe, os que mais defenderam, dentro das Forças Armadas, a saída da Constituinte, pretendem ver dentro da nova Constituição o que eles consideram "razoável" dentro das reformas realizadas pela "Revolução Peruana". Esse "razoável" é, de fato, algo indefinido que fica entre as posições socialistas da esquerda e a volta à dominação do capital monopolista, sem contestações, defendida pela direita. Que Bermudez e sua equipe estão mais para a direita dentro desse "razoável", provam as concessões ao FMI

- Fundo Monetário Internacional - "feitas para salvar a economia peruana".

De uma forma ou de outra, mesmo que minoritária nas cem cadeiras da Constituinte, a esquerda peruana e os trabalhadores conquistaram um espaço organizatório e político na sociedade que só lhes poderá ser roubado a troco de muito sangue. (C.T.)



Chile

Apoio popular aos presos e desaparecidos

Quando a greve de fome parou, Pinochet prometera informar "brevemente" sobre a situação dos desaparecidos no Chile.

Na quarta-feira passada, o chefe de polícia, Ernesto Baeza, entregou ao Ministério do Interior uma lista informando sobre os casos de 210 pessoas.

De acordo com a polícia, 78 saíram do país, 41 estão presos, 11 morreram de morte natural e as 80 restantes se encontram em liberdade no próprio Chile.

Os nomes das 210 pessoas não foram revelados. A Igreja Católica denuncia 610 casos de desaparecimentos. E os familiares dos presos políticos falam em milhares. O regime chileno tem muito a prestar contas.

Aqui, as principais formas de luta e resistência criadas pelo movimento de oposição no Chile, em defesa dos presos políticos.

A situação não anda boa para o lado de Pinochet: entre os próprios meios militares do Chile, onde ele é acusado de "personalista", desenvolve-se um ainda confuso jogo de negociações com o objetivo de encontrar uma nova saída para o país, mas que não altere, em essência, o atual regime. Chefes militares negociam com a Democracia Cristã, que defende, por sua vez, um regime de transição com a participação das Forças Armadas, onde as piores arestas da atual ditadura (como, por exemplo, os dez campos de concentração existentes no país) seriam eliminados.

Quando militares de peso, como Gustavo Leigh, comandante da Aeronáutica, elogiam as virtudes de uma retomada a um "estado de direito", a suposição é de que águas vão rolar, no Chile, nos próximos meses.

Um conjunto de fatores contribuiria para isto. De um lado, as campanhas eleitorais nos países vizinhos - Bolívia, Equador, Peru, as pressões norte-americanas (pressões estas ambíguas, por sinal, pois a concessão de créditos ao regime não foi eliminada) e o desgaste com as necessárias revelações da implicação direta do governo Pinochet no assassinato dos ex-ministros de Allende, Letelier e Pratts, violações contínuas aos direitos humanos, etc. De outro, o crescimento da resistência popular ao regime, eliminando na greve de fome envolvendo, aproximadamente, 700 pessoas em 18 países (inclusive o próprio Chile), que exigiam explicações sobre os 618 presos desaparecidos. Esta greve, embora encerrada, há poucos dias, sem nenhum resultado satisfatório por parte de Pinochet, visou, sobretudo, que a opinião pública internacional, e especialmente os Estados Unidos, não diminuisse a pressão contra a ditadura militar.



lanques nas ruas de Santiago, em setembro de 1973

A greve constituiu a forma mais dramática e unificada de luta contra o regime instituído com o apoio do imperialismo no Chile, representando o início do ascenso unitário da luta popular e democrática no país.

A resistência popular

É o crescimento dessa resistência popular, unicamente, o que poderá fazer com que as mudanças que ocorram não signifiquem apenas uma reformulação do pacto entre as classes dominantes, sob uma nova fachada "democrática".

Em documento distribuído por exilados chilenos na França, durante a greve de fome, foram apontadas algumas questões fundamentais para a luta pela democracia política e pelo socialismo no Chile: "a) O fortalecimento da continuidade da luta autônoma do movimento de massas pela queda da ditadura e pelo estabelecimento de um governo democrático, popular e revolucionário; b) O combate à contra-revolução e à dominação do capital monopolista e do imperialismo que visam consolidar o estado monopolista (...) sob a forma de 'institucionalização' e readequação do regime ditatorial".

As formas de luta

Essa greve de fome não caiu do céu. Antes, é o resultado de todo um movimento que se iniciou já em outubro de 1973 (o golpe militar foi em setembro). Nessa ocasião, alguns familiares de presos políticos passaram a encontrar-se na sede da Comissão de Cooperação para a Paz no Chile (Pró-Paz), uma organização ecumênica formada, naquela época, para dar assistência jurídica aos presos políticos.

Vinculada à Igreja Católica, cuja cúpula apoiou o movimento militar e procurou estabelecer uma política de unidade nacional após o golpe, a Pró-Paz tornou-se o germen da organização política popular. A partir dos encontros e trocas de informações na Pró-Paz, os familiares de presos políticos passaram a coordenar suas ações na justiça, ampliando, por outro lado, os tipos de assistência desta Comissão: criaram-se setores de Assistência Médica, Assistência Social e do Trabalho. O fato importante, neste momento, foi o próprio agrupamento das famílias em torno de uma luta comum: a partir dos "en-

contros nas salas de espera", as famílias iniciam lutas homogêneas e mais organizadas.

No fim de 74 e começo de 75, surge a segunda forma de luta política: as **Agrupaciones**. Centralizadas inicialmente, elas evoluem para formas mais adequadas à situação que condicionava sua luta. Em pouco tempo, as **Agrupaciones** organizam-se em função das regiões onde estavam presos os membros de cada grupo de famílias. Esse caráter geográfico deu origem à autonomia, ao incremento e sistematização da troca de informações sobre os desaparecidos. Elas apoiaram as greves de fome nas prisões, realizadas, em 1975, em protesto contra uma lista de 119 mortos que Pinochet divulgou como "subversivos assassinados num ajuste de contas entre os terroristas". No ano seguinte, foi organizada a primeira greve de fome dos familiares dos desaparecidos.

Em junho de 1977, organizaram greve de fome nas dependências da Cepal em Santiago: o governo comprometeu-se a responder, dentro de três meses, sobre a sorte dos 567 desaparecidos documentados pelas **Agrupaciones**. Pinochet não respondeu após o prazo, e não permitiu a entrada, no Chile, de uma comissão de investigações da ONU.

Bolsa de Cessantes

Existem três outras formas de luta que se desenvolvem ao mesmo tempo que a das **Agrupaciones** e que possibilitam a "resistência democrática unitária". Os inúmeros desempregados, em razão da concentração e monopolização da economia chilena, procuraram uma forma de trabalho conjunto: surgiu, então, a **Bolsa de Cessantes**, que organizava as informações e agrupava os desempregados por setores ocupacionais. O esquema de apoio é o mesmo que sustenta as outras formas de luta: organizações populares e de bairros, geralmente em torno das paróquias e com vínculos com a **Vicaria** (nome do trabalho da Pró-Paz após o governo ter declarado sua ilegalidade), e participação, fora do Chile em comitês de apoio em vários países.

A partir de setembro de 1974 organizam-se **Comedores Popula-**

res, com a finalidade de garantir aos filhos de presos políticos uma alimentação diária mínima em termos de calorias. Restrita inicialmente aos filhos de presos políticos, os **Comedores Populares** passaram a reunir famílias pobres das paróquias e centros de mães, por exemplo. O esquema de apoio foi o mesmo e cada comedor alimenta em média 100 crianças.

Para se ter uma idéia da expressão dessa luta, existem 300 comedores em Santiago e 80 em Concepción, além dos inúmeros espalhados por outras cidades. A luta econômica em torno dos comedores tornou necessárias novas formas de organização. Constatou-se que os alimentos mais baratos eram fornecidos pelos grandes comerciantes, mas que isso beneficiava somente os monopólios. Os comedores passaram, então, a ligar-se diretamente aos pequenos produtores agrícolas, inclusive índios da fronteira boliviana e pescadores, eliminando assim os intermediários.

Ao nível político, os comedores populares transformaram-se numa organização de pais, em função da alimentação das crianças.

Oficinas e serviços

Ao mesmo tempo surgiram os talleres, oficinas de trabalho que, inicialmente, procuraram financiar pequenas produções artesanais (móveis, produtos alimentícios) e serviços (lavanderias, por exemplo), isto num momento em que os pequenos empreendimentos eram engolidos pelo processo de concentração e monopolização da economia chilena, o que explica o seu fracasso inicial. A organização independente de oficinas baseadas tão somente na força de trabalho dos desempregados surgiu, então, como a alternativa.

A necessidade de garantir a saúde das populações pobres possibilitou o surgimento de **clínicas populares**, através do trabalho de médicos e enfermeiros desempregados em consequência de suas ligações com o movimento popular. De simples centros de atendimento em zonas populares, transformaram-se em centros policlínicos. Há atualmente 12 desses centros, somente em Santiago, que são apoiados pelo mesmo esquema que se vincula às outras formas de luta e resistência contra a ditadura. (Baseado num artigo de Eliezer Rizzo, de Paris) C.P.

BOLÍVIA

A agonia de uma ditadura

Dez candidatos à Presidência da Bolívia, nas eleições de 9 de julho.

No dia 14 deste mês, o que era o 11º candidato, desistiu. Trata-se do representante da Falange Socialista Boliviana, que de socialista não tem nada, mas de falangista tem tudo. Os setores populares têm dois candidatos. Um deles é a mulher de um mineiro, uma das trabalhadoras que fez da greve de fome o meio de arrancar a anistia decretada pelo governo do general Hugo Banzer.

A menos de um mês das eleições presidenciais na Bolívia, já existem nada menos que dez candidatos ao posto atualmente ocupado por Hugo Banzer. E isto, porque o coronel José Patino Ayrooa, candidato do setor majoritário da Falange Socialista Boliviana (que, apesar do "socialista" é de extrema direita, e apoiou Banzer em seu golpe contra Torres, em 1971), retirou sua candidatura e conclamou seus eleitores - menos de 5%, segundo as estimativas - à abstenção, por causa do "caráter fraudulento das próximas eleições e do **fracionalismo político desbocado**".

Certamente, a fraude não é novidade na vida política boliviana. O que é novo, é o número de candidatos - nove da oposição, de todos os matizes - e o extraordinário número de votantes: segundo declarações de integrantes do próprio regime Banzer, cerca de 2 milhões e 400 mil bolivianos maiores de 21 anos habilitaram-se a participar no processo eleitoral, o que corresponde a cerca de 95% do eleitorado nacional possível.

A greve de fome

Esta busca de participação política é bastante compreensível, num país governado há mais de sete anos por uma das ditaduras mais impopulares da América Latina. O governo Banzer desgastou-se a tal ponto depois de reprimir greves operárias e manifestações estudantis que teve de romper com seu comparsa ideológico, o Chile de Pinochet, numa tentativa de apelar para o patriotismo boliviano, ferido quando o Chile capturou à Bolívia seu litoral, no século XIX. Mas, isto não impediu que o regime fosse colocado em cheque por uma greve de fome iniciada por cinco mulheres acompanhadas por seus filhos (16 pessoas no total), e que exigia a anistia a todos os presos políticos, o retorno dos exilados e a liberdade política e sindical. Uma delas é, hoje, candidata à Presidência.

O movimento iniciou-se a 28 de dezembro de 1977, e alastrou-se vertiginosamente por todo o país. Suas reivindicações eram as mesmas apresentadas pelo mineiros, umas semanas antes: em pouco tempo as minas retomavam à luta, desta vez com a solidariedade de todo o povo boliviano. O resultado é que o governo foi forçado a abrir um processo de democratização limitada, que culmina nestas eleições de 9 de julho.

A esquerda

A resposta de Banzer foi apresentar seu candidato, o general Juan Pereda Asbun, ex-comandante da Força Aérea e antigo ministro do Interior - e esperar que as divisões no campo popular permitam à direita militar manter-se no poder. E esta estratégia tem fundamento, pois os opositores de Banzer estão divididos, no fundamental, em duas grandes frentes.

De um lado está a Frente de Unidade Democrática e Popular, convocada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda (que defenderia posições liberais e de centro-esquerda), ao qual se aliam o Movimento de Esquerda Revolucionária, o Partido Comunista Boliviano e o Movimento de Esquerda Nacional.

A outra frente formou-se em torno do Partido Revolucionário da Esquerda Nacional, liderado pelo conhecido dirigente sindical, ex-vice-presidente da República, Juan Lechin. Entre seus integrantes estão o Partido Revolucionário dos Trabalhadores da Bolívia, cujo antecedente é o Exército de Libertação Nacional, do "Che" Guevara; o Partido Comunista Marxista-Leninista (maoista); e a Vanguarda Comunista do Partido Operário Revolucionário, uma cisão (ou tendência) deste grupo trotskista. Mas o mais importante é que esta frente conta com o apoio e a participação direta da Federação dos Mineiros e da Central Operária Boliviana, de enorme prestígio em todo o país. Existe ainda uma frente organizada por quatro organizações camponesas - o Movimento Índio Tupaj Katari - que se vê "à margem da esquerda e da direita" mas que se coloca frontalmente contra a candidatura oficial.

O retorno à política

É possível que, nas próximas semanas, o número de candidaturas populares se reduza, diante da necessidade de fazer frente ao candidato de Banzer. Mas a própria multiplicação de candidaturas - inclusive com a formação da "frente indígena", tradicional fonte de apoio para a direita - mostra que a mobilização política atingiu todos os setores da sociedade, estendendo-se inclusive ao campo. Este é outro fato novo da atual conjuntura boliviana - e que, certamente, deverá ter muito mais peso, a longo prazo, que as declarações da Falange Socialista Boliviana contra o "número inusitado de candidaturas e o **fracionalismo desbocado**". (de um artigo da Agência Mundo Nuevo)

C.E.

Régis Debray — II

O que é que há com a esquerda europeia?

Esta é a segunda e última parte de uma entrevista exclusiva de Régis Debray ao EM TEMPO. Aqui, o filósofo francês explica quais são as suas posições atuais sobre a vida política e social na Europa. O que pensa do Partido Socialista Francês, do Partido Comunista de George Marchais, do Eurocomunismo, da chamada Esquerda Revolucionária.

Depoimento a J. Mattos (Paris).

O "erro histórico" do PCF

"Este erro, esta traição histórica, se caracterizou por uma estratégia de suspeita seguida por uma estratégia de derrota, que conduziu ao resultado que se conhece nas eleições de março de 78".

EM TEMPO - Dizem que você está próximo do Partido Socialista francês e que seria até mesmo conselheiro de François Mitterrand para Assuntos Latino-americanos. Ao mesmo tempo, seu último livro é dirigido aos militantes do Partido Comunista. Além disso, o dinheiro do prêmio Femina que você recebeu pelo romance "La neige brûle" (A Neve Queima), foi doado publicamente à Liga Comunista Revolucionária. Debray, afinal, como é que você se situa na política francesa?

R.D. - A política é: objetivos a atingir levando em consideração os meios disponíveis. Meu objetivo não mudou, continua sendo a Revolução Socialista. Mas digo logo: não tem nada a ver com o socialismo soviético, cujo caráter socialista me parece a cada dia menos evidente. Isto é um fato, hoje, óbvio para todos os comunistas sinceros na Europa.

É preciso levar em conta os fatores tempo e lugar. Na França, ser revolucionário não é necessariamente fazer discursos revolucionários, mas desenvolver uma prática que permita a emergência de um pólo revolucionário e de uma dinâmica de classe na base. E isto pas-

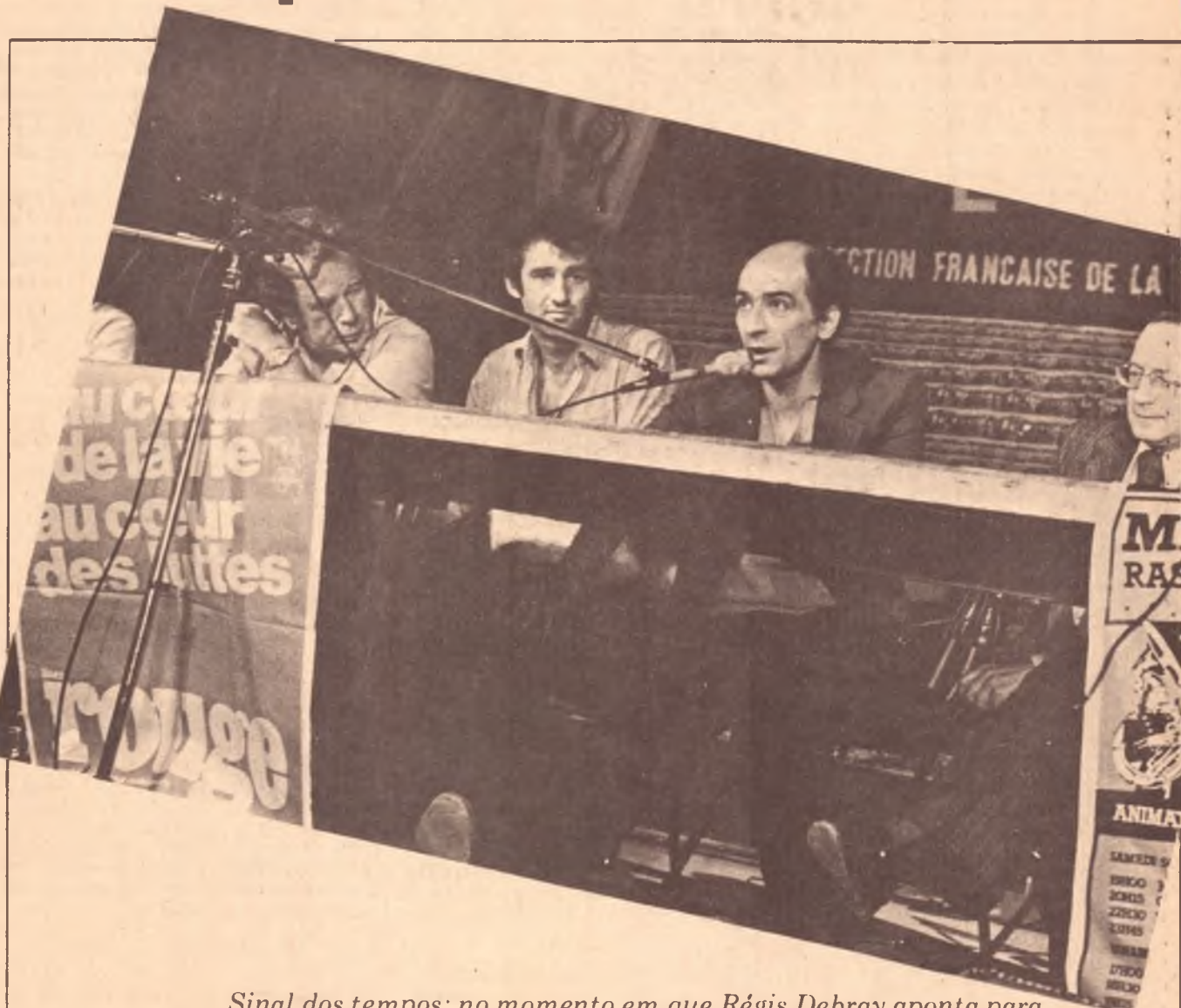
sava pela vitória da União da Esquerda. União esta que se estabeleceu em 1972 baseada na única estratégia concebível na França atualmente: uma estratégia eleitoral, institucional. É evidente que a União da Esquerda teria provocado uma tal mutação no país que esta estratégia seria rapidamente ultrapassada, mas era necessário que esta dinâmica se iniciasse.

Eu realmente fui um dos conselheiros de François Mitterrand, do qual continuo sendo amigo. Obviamente, existem diferenças entre eu e o Partido Socialista. Eu sou de formação marxista e o PS não. François Mitterrand, porém, não era simplesmente o secretário-geral do PS, mas foi o candidato à Presidência da República escolhido por metade do país. Não foi, portanto, dentro de um esquema partidário que eu o assessoriei, a partir de 1974.

A situação se modificou, e para pior, graças ao erro histórico do Partido Comunista Francês, bastante criticado por todos que pensam, no interior do próprio PC. Este erro, esta traição histórica, se caracterizou por uma estratégia de suspeita seguida por uma estratégia de derrota, que conduziu ao resultado que se conhece nas eleições

de março de 1978. Nestas condições, o conjunto da esquerda sofreu, as consequências da derrota e enfrenta a necessidade de se orientar, pesar as responsabilidades, readequar suas alianças, e tudo isso em um momento já desfavorável da luta de classes. Creio que, agora, é pouco urgente e econômico, no sentido moderno do termo, militar no interior de organizações que estão em vias de reorientação.

Eu dei este prêmio literário simbólico à Liga Comunista por duas razões. Primeiro, por se tratar de um romance cuja matéria é revolucionária, uma história ligada à América Latina e à Europa, ao socialismo e sobretudo ao internacionalismo, me pareceu normal que o benefício fosse a um grupo revolucionário internacionalista. A segunda razão é que, num contexto global de abandono dos princípios mais elementares do pensamento materialista e até mesmo simplesmente do racionalismo, que se observa atualmente na França, me pareceu importante demarcar-me desta vaga, aberta e cinicamente contra-revolucionária, demonstrando a minha solidariedade com a luta revolucionária.



Sinal dos tempos: no momento em que Régis Debray aponta para a profunda crise que atravessa as fileiras do PCF e do PS, intelectuais comunistas e socialistas, bem como o dissidente soviético Leonid Pliutch, comparecem à festa-debate promovida pela Liga Comunista Revolucionária (IV Internacional) e seu jornal cotidiano, Rouge.

Junto aos militantes e simpatizantes da LCR, estavam presentes grupos feministas e de ecologistas, bem como representantes de outras organizações da esquerda revolucionária francesa, italiana (Luta Contínua, Democracia Proletária, PDUP) e espanhola (MCE, maoista, e LCR, trotskista). Mas o fundamental foi o comparecimento do historiador comunista Jean Ellenstein, de Jean Rony, também do PCF, de Roger Garaudy (excluído do PCF em 1970), de Giles Martinet (PS) de Pliutch e de Claudin (excluído do PCE e crítico do eurocomunismo), significativo na medida em que todos eles estavam bem conscientes do alcance de sua presença ao lado de militantes de uma organização trotskista, considerada de "ultraesquerda". Mas, como respondeu Ellenstein às críticas "fraternais" do PCF, não poderia haver inconveniente em entender o debate sobre a crise das esquerdas, na França e na Europa, a todas as organizações que lutam contra o estado burguês.

Algumas das intervenções mais importantes partiram de Pliutch (que falou em russo) e Garaudy. O primeiro salientou a importância que o eurocomunismo poderia ter no reforço à oposição na URSS, na medida em que toma certas distâncias em relação ao "modelo socialista" russo. O segundo, membro do Biro Político do PCF em maio de 1968, explicou de mais de 9 milhões de trabalhadores, aderindo à estratégia eleitoralista do governo, (na foto, da direita para a esquerda: Ellenstein, Pliutch, Weber, da Liga Comunista Revolucionária, e Claudin).

Eurocomunismo: uma saída?

"Seria impossível, hoje, efetuar as modificações programáticas a que se propuseram os dirigentes comunistas espanhóis mantendo os seus congressos como uma espécie de missa vermelha".

EM TEMPO - Na França, na Itália e na Espanha se desenvolve uma reorientação dos partidos comunistas conhecida com o nome de euro-comunismo. Muitos observadores veem nesta reorientação uma aproximação com a política da social-democracia. Outros, no entanto, acreditam que isto representa um fenômeno novo e bem mais profundo. E você, o que acha?

R.D. - Se entendemos por social-democracia a integração do movimento operário nas sociedades capitalistas como a nossa, é efetivamente o que acontece. E eu acho que esta evolução é inevitável.

O lugar que ocupa a Europa no mundo moderno e (isto é uma hipótese a demonstrar) o proletariado europeu qualificado - não me refiro ao subproletariado imigrante ou marginal - que se transformou em uma aristocracia operária, no sentido leninista do termo, são dois elementos que empurram estes partidos na direção do que veio a denominar-se eurocomunismo.

Mas além deste aspecto, acima apontado, de um certo reformismo institucionalizado, existem outros dois, não menos importantes, que fazem parte da reorientação que se esboça nestes partidos comunistas.

A busca de uma maior democracia interna não é apenas o reflexo de uma nova visão da democracia na sociedade. Ela responde a uma necessidade objetiva. Vejam, por exemplo, o último congresso do PCE, onde mais uma vez foi eleito Santiago Carrillo como secretário-geral. Seria impossível, hoje, efetuar as modificações programáticas a que se propuseram os dirigentes comunistas espanhóis mantendo



dos seus congressos como uma espécie de "missa vermelha".

O terceiro aspecto diz respeito ao afastamento das políticas da União Soviética, que o eurocomunismo começa a levar a cabo (ainda que de forma muito tímida e diferenciada) entre os partidos espanhol, italiano e francês. As críticas às políticas soviéticas, que podem chegar até ao questionamento do caráter socialista da União Soviética,

se inserem dentro de uma perspectiva mais ampla, de negação daquela experiência como modelo único de implantação do socialismo.

Em resumo, reafirmo que, na situação política e social em que se encontram esses países, esta tendência deverá se reforçar inevitavelmente, mudando, de certa forma, o panorama político da esquerda.

EM TEMPO - Os desacordos entre o PS e o PC provocaram a derrota da esquerda nas eleições legislativas de março. A derrota teve efeitos imediatos dentro destes partidos: no PC se desenvolve um inusitado debate interno e no PS se reforça a luta de tendências. Quais serão os resultados deste processo?

R.D. - A crise que atravessa o Partido Comunista é a mais impor-

tante desde a sua fundação. Em primeiro lugar, porque ela se desenvolve aos olhos do público, e, em segundo lugar, porque sacode o próprio aparelho. Não certamente os aparelhos dirigentes mas, sobretudo, os intermediários.

Os resultados deste processo são paradoxais. No imediato, observa-se a recusa por parte da direção de discutir - o que é insustentável - o que reflete uma velha tática de sal-

PC-PS: institucionalização.

"O Partido Comunista Francês não pode escapar ao que se resolveu chamar de eurocomunismo. Quanto ao Partido Socialista, só poderá orientar-se para a social-democracia adotando o que se chama uma 'virada à direita'".

var a cara frente às dificuldades. Na verdade, evitando a discussão aberta das bases e dispensando a colaboração crítica dos intelectuais, o aparelho busca apresentar uma direção cooptada como sendo democrática. Mas isto não se manterá por muito tempo.

O PCF não pode escapar ao que se resolveu chamar de eurocomunismo. O problema é que ele chegará aí tarde demais, quando a sociedade francesa não estiver mais madura para o socialismo. Tal como temos observado até hoje, a esclerose e mesmo o pânico intelectual, a covardia teórica do PC francês, vão colocá-lo progressivamente à margem da sociedade.

Quanto ao PS só poderá orientar-se para a social-democracia. Não na forma alemã, é claro, mas adotando o que se chama uma "virada à direita", porque assim determina a dinâmica econômica e social.

A esquerda revolucionária francesa terá, sem dúvida, um espaço político crescente. Na medida em que a esquerda dita tradicional integra-se cada vez mais nos mecanismos da democracia representativa e nos mecanismos do mercado capitalista, sem um projeto para a sociedade, se abrirá um maior espaço político para a esquerda revolucionária.

A esquerda revolucionária vem obtendo uma votação bastante expressiva em várias circunscrições operárias combativas (chegando, às vezes, a cerca de 10%). Isto dito, existe um teto máximo evidente no conjunto da sociedade francesa, na conjuntura atual, que gira em torno dos 3%. Eu não deveria falar somente em termos eleitorais mas, visto que todas as situações de conflitos sociais ou de crise política são necessariamente canalizadas em direção às eleições, esta cifra corresponde, infelizmente, à realidade.

ECOLOGIA: leitor discute Lutzenberger.

"Senhores redatores,

Gostaria de fazer alguns comentários a respeito da carta publicada no número 13 deste jornal, em que J. A. Lutzenberger discute sobre o artigo "Crítica da Ecologia Política", de Flávio Andrade, este publicado no nº 11.

O Sr. Lutzenberger, atacado de pudicícia revolucionário-restauradora "se repugna profundamente em aceitar a expressão socialismo, ao qual alguns fazem uma diferenciação entre socialismo real e socialismo ideal". Essa separação, bem como uma série de proposições do Sr. Lutzenberger, tem origem na metafísica. Os companheiros da esquerda metafísica (por analogia, pois essas pechas não poderemos dar ao Sr. Lutzenberger) são extremamente utópicos - como o metafísico em geral, incapaz de apanhar o movimento na sociedade e na natureza - e na sua visão, os anunciados dos clássicos vão ser transportados ipse-litete para as situações contemporâneas. Bem, mas não deixemos o Sr. Lutzenberger esperando. Para começar, ele acredita que "se tivesse que escrever hoje (o Manifesto Ecológico) seria mais explícito nos problemas sociais". Seria mesmo? Alguém entendeu, nessa carta, a posição ideológica do Sr. Lutzenberger? Será um burguês liberal saudoso do *laissez-faire*? Um anarco-sindicalista? Um socialista utópico? Bem, vamos tentar ver se achamos uma pista. Não gosta de usar a palavra citada e "defende" o "verdadeiro socialismo", pois o que viu em Cuba, na Hungria e Alemanha Oriental nada tem a ver com o verdadeiro sentido da palavra". Bem, não passemos à discussão semântica e etimológica apesar da provocação quanto a Alemanha Oriental. Eu acho que o Sr. Lutzenberger, como a esquerda metafísica, confunde socialismo com comunismo dado, teleológico, em que a função das classes proletárias e seus aliados históricos seria a de adequar, o que os clássicos enunciaram, a todas as sociedades. Simples, não? Não haveria contradições de classes na composição dos revolucionários, nem mil e uma misturas ideológicas historicamente determinadas, nem resistência à sua implantação, etc. etc.

Socialistas

"Supercapitalistas"

Mas, continuando, o nosso Sr. Lutzenberger diz que "na prática os países ditos comunistas são supercapitalistas, (???) (mais reais que o rei). Se ele ainda viesse com a teoria do capitalismo de estado, ou capitalismo sem capitalistas, eu "compreenderia", mas essa eu não entendi. E vai por aí generalizando os países socialistas (como se conhecesse todos) chegando a dizer que "desaparece todo o jogo de forças" (essa expressão...) e pede mais adiante "controle do poder". Oh, Sr. Lutzenberger, e como é que existe ou se administra essa sociedade sem "jogo de forças"? Na base da especulação? E a sociedade civil, por acaso, não tem o imediato "controle do poder"? Segundo Gramsci, o Estado existe para adequar as relações de produção ao desenvolvimento das forças produtivas, e se existem relações de produção (e, até agora, as classes) existe um "jogo de forças"; existindo esse, também existe um controle do poder pelos grupos que forçam a balança.

Pessoalmente se considera democrata, aí ainda sem base real, uma democracia metafísica, absoluta? Ou burguesa ou proletária? Ninguém sabe. (Perdão, apenas o Sr. Lutzenberger.) A descentralização do poder, para ele deve ser algo como um capitalismo de pequenas empresas (apesar de ele discordar disso); pois o que é descentralizar o capital? Voltaríamos ao *laissez-faire* sem os monopólios: esplêndido. Ou o Sr. Lutzenberger quer um socialismo sem uma direção centralizada (comitês de autogestão cada qual defendendo os seus interesses - isto é, sindicalismo teórico-anarquista e "economicismo" O de cima ele diz ser utopia (me parece) mas do último ele dá uma evidência: "O anarquismo infelizmente (que pena) é tremendamente vulnerável, sempre aparece o bandido que consegue açambarcar o poder, especialmente onde aparecem vácuos de poder" (?)

Sr. Lutzenberger, os revolucionários não nascem em árvores, eles surgem de dentro de uma sociedade capitalista determinada, onde o

individualismo é a tendência característica do modo de produção, e é aí que (acredito) temos que procurar as origens dos "bandidos açambarcadores". Mais abaixo diz que a Alemanha Oriental pretende ter a "mesma"... socialista da A. Ocidental; e, continuando: "agora o Governo Oriental está negociando para lá a filial da Volks, etc. "Será que o Sr. Lutzenberger acha que numa sociedade socialista (mesmo que não seja a dos sonhos do Sr. Lutzenberger) as atividades desenvolvidas pelas multinacionais serão as mesmas? Ele na certa não acredita que dada determinada base, as sobreestruturas são substancialmente ou/funcionalmente modificadas ou abolidas (as anteriores). Quanto ao problema nuclear, não vamos falar porque deve ter sido uma escorregadela, pois ele sabe que a energia nuclear não serve só para a "guerra fria". E sobre os Transportes, como bom utopista não vê que se numa sociedade socialista (desculpe a insistência, Sr. Lutzenberger) é dado a cada qual segundo o seu trabalho, há logicamente substanciais diferenças de salários, e sendo assim, entre outras coisas, o pessoal vai querer transportes individuais. Ou o Sr. não quer que desenvolvam as comodidades do século? Mas ele ainda ataca: "também nesse campo, os países comunistas (outra vez a confusão) são piores que os socialistas"; e adivinhem por que: por um crime hediondo - "não me deixam nem a liberdade de partir para comunas de agricultura orgânica". Referindo-se ao problema camponês (reconhece que houve uma "grande injustiça social" na China - bem, já temos um progresso) e a prática grega, cita exclusivamente "a ciência".

Posição Filosófica

Somando-se os indícios e as evidências pelo menos dá pra ver a sua posição filosófica. É um idealista objetivo. Citaremos: "O verdadeiro cientista é o homem que fez o voto da honestidade, etc.". Que diria Galileu, coitado? Temos aí o cientista imune a influências sociais, incorruptível (aí mostra-se Monadista, partidário de Leibnitz) e mais idealismo": ele (o homem) está sempre preparado a modificar suas ideias, sua própria estrutura mental, seus paradigmas, quando as respostas da natureza a isso o obrigarem". E, mais adiante: "ainda que a megatecnologia concentrada e concentradora de capital (parece que não dá o sentido histórico justo da palavra) não é fatalista" (na certa quer dizer, não é uma necessidade histórica). Ai, ele nega a história e a afirma mais adiante quando diz que "ela (a megatecnologia, etc) é o resultado de cisões e jogos políticos e não representa uma resposta técnica a problemas técnicos (somentes)". "Quer dizer, o Sr. Lutzenberger quer uma "técnica em si", metafísica, desvinculada funcionalmente das relações de produção dadas e suas sobreestruturas políticas. Engerrando: "e como nunca haverá a utopia (brilhante dedução), prefiro contentar-me com uma situação em que haja um máximo de equilíbrios entre os centros de poder; prefiro o poder distribuído entre muitos bandidos do que na mão de um só idealista" (é mesmo porque, como vocês já viram, um só idealista faz a festa). Bem, então como não pode ser feito o que o Sr. Lutzenberger "quer", contentemo-nos com o capitalismo mesmo, ou a sua (dele) salada; defende o centralismo mais amplo (sem entrar na natureza do modo de produção), tem uma visão idealista da história (que é feita pelos "bandidos" e suas "vontades", e não pelas forças produtivas) anterior até à de Thierry e de Mignet, da Restauração. É será que foi acaso quando colocou "...pouca chance teremos de resolver os problemas ecológicos antes e os problemas sociais depois, ou nessa ordem ele acredita que esses problemas, devem ser resolvidos? E o que dizer quando diz, como mistificador, que a consciência pública fundamentalmente deve ser alertada quanto a sede de poder do tecnocrata, e não contra a burguesia? Mas, isso tudo são só "detalhes", como ele diz. Deixemos o Sr. Lutzenberger "trabalhar em paz".

Fausto José Ribeiro - Salvador (BA)

Encarando a Frente Ampla

Tarso Fernando Genro, leitor gaúcho, ao entrar no debate sobre a Frente Ampla pela Redemocratização, aponta os limites do MDB mas conclui em favor da "posição dos autênticos"

"Prezados companheiros do EM TEMPO"

Atento à discussão que vem se travando em torno da possível candidatura do general Euler à presidência da República, e ao papel que o MDB vem desempenhando nela, gostaria, também, de emitir minha opinião através das páginas do jornal.

Entendo que o debate está se processando em cima de uma verdadeira confusão de categorias, isto é, como se a presença do general e a participação do MDB fosse alimentar ou frustrar a participação dos trabalhadores no processo político. Se, de um lado, as posições que aparecem nos jornais da imprensa independente reconhecem que os trabalhadores não têm um partido que os represente, por outro lado, de forma idealista, alimenta-se uma secreta esperança de que o MDB possa se tornar uma organização que represente, historicamente, as lutas da classe operária para modificar o regime vigente, porque se exige do MDB uma conduta incoerente com a sua composição de classe.

Teses da Frente

Trata-se, ao meu ver, de situar corretamente o conteúdo de classe do MDB, da chamada Frente Redemocratizadora e mesmo dos setores militares descontentes com os rumos do regime.

O que é preciso ter claro é que a conduta política do MDB atende, em geral, à visão de uma burguesia liberal que, por menos razoável que pareça, é formulada mais claramente pelo ex-Ministro Severo Gomes. Ele sustenta que só a abertura pode manter o capitalismo, com um contrato que através de pequenas concessões possibilite um proletariado "satisfeito" dentro do capitalismo. Ao que parece é o Severo quem traça, com perfeição, o ideal de regime sempre defendido pelo partido da oposição legal. A Frente tem a mesma tese com a sua reprodução ampliada, portanto =frouxa, abrangendo inclusive os divergentes secundários que não concordam apenas com a concentração de poder decisivo nas mãos do presidente Geisel.

E elementar, por outro lado, que as Forças Armadas não são imunes às tendências que as diferenciam das classes sociais manifestam no processo político. Por outro lado, parece que seria ingenuidade, hoje, achar que elas se jogariam num amplo programa nacionalista e democrático que permitisse a abertura de um espaço que a classe operária como classe a ser realmente considerada num programa de profundidade.

Pelo exposto, volto a afirmar ainda que arriscando a simplificação, é que os trabalhadores atualmente, não estão representados na luta política, por mais "afeto" que a ela tenham os setores da intelectualidade, estudantil, jornalistas independentes, profissionais, liberais. Quero concluir, inclusive, que sua primeira presença seria no processo se deu de forma independente destes setores (É evidente que estou falando das greves do ABC, que, por si só, são profundamente políticas). Esta presença não passa e não passa pelo MDB e ela foi simplesmente o surgimento "à tona" das formas de organização estruturadas gradualmente pelos próprios trabalhadores.

"POLÍTICA É COMPROMISSO"

O que é preciso distinguir - este é o aspecto que venho insistindo

há algum tempo e opinião que mantenho enquanto não seja convencido do contrário - distinguir a função de "intelectuais singulares" que são cooptados pela luta dos trabalhadores e se tornam, objetivamente, seus representantes, da intelectualidade como grupo ou fração de classe, que na sua relação com o proletariado tende a alimentar um paternalismo de esquerda por pretender mostrar aos operários "como se fazem as coisas". Ora, a história de todos os processos transformadores está cheia desses exemplos lamentáveis, onde tais intelectuais, não só não ajudavam, mas normalmente atrapalhavam, com sua pressa pequeno burguesa, as verdadeiras lutas dos trabalhadores.

Não foi de graça que o filósofo de Trevers defendeu que o trabalhador-proletário, cerne de qualquer transformação, é o operário produtivo. O seu melhor seguidor distinguia com precisão as instâncias de luta dizendo que "política é compromisso", o que hoje fere sobremaneira os ouvidos da maioria dos nossos companheiros.

Entende, em síntese, que tudo aquilo que ajudar a desagregar o autoritarismo e abrir canhas no seio do sistema e tudo aquilo que alimentar as contradições entre as classes dominantes é válido, como é válido e lógico sujar as mãos nesta luta, porque esta é a luta que existe ao alcance dos setores democráticos tradicionais que jamais vão se comprometer com a causa maior do proletariado e dos demais trabalhadores do campo e da cidade. Para mim, passa uma terrível ilusão nesta proposta de verter o MDB num partido coerente, bem como exigir, hoje, que ele participe ou seja protagonista de uma nova frente, que não esta em que ele realmente pode ter eficácia...

Entrar no Barco

O papel do MDB, como conjunto, é jogar dentro do sistema, assim como o papel, hoje, de um teórico da representação dentro dos trabalhadores seria lançar-se para baixo, organizando educando e educando-se com eles, ao mesmo tempo que alimentando a dissensão (secundária) que o MDB e outros forças tem com o regime. A liderança do processo não vai se seguir com imprecisas morais e de "princípio" em relação ao MDB, mas vai conseguir, na prática, quem tiver, concretamente, consigo, os trabalhadores que comecem a se mobilizar.

Tenho como correta neste episódio, a chamada "posição dos autênticos". Não é outro, na verdade, o seu papel. Ou será que alguém espera que eles organizem e sejam líderes dos trabalhadores? Tenho como correta e coerente a posição de Brossard e outros "liberais históricos", na instância de luta que eles podem realmente ser eficazes, e acho que é correto que os setores que se dizem mais avançados estimulem a candidatura do General Euler, reivindicando, como condição para entrar no barco, principalmente a convocação de uma Constituinte livre e soberana. A posição que me parece justa, em relação ao MDB, é apoiar criticamente tudo aquilo que signifique esforço para desagregação, ainda que parcial, do regime autoritário. Tarso Fernando Genro - Porto Alegre (RS)

Cadernos do Presente

A economia política brasileira em questão 1964-1975

presente

a economia política brasileira em questão 1964-1975

Guido Mantega e Maria Moraes

por Guido Mantega e Maria Moraes

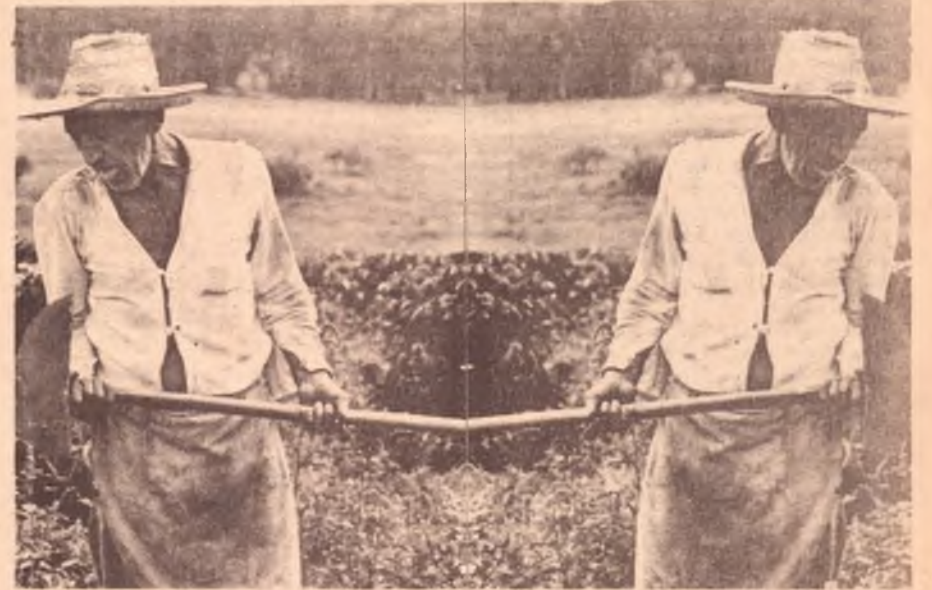
Um confronto das teses dos principais teóricos brasileiros: caio prado jr./fernando henrique cardoso/chico de oliveira/mario henrique simonsen/celso furtado/mario conceição tavares/paul singer/carlos langoni/nelson werneck/sodré/alberto passos guimarães/ruy marini/andré gunter frank/antonio barros de castro/roberto de oliveira campos.

Uma publicação da Editora Aparte S/A Rua Bernard de Guimarães, 1884, Belo Horizonte, MG

Para receber é só enviar um cheque no valor de Cr\$ 30,00 em nome de Editora Aparte S/A, para o endereço acima ou para sucursal ou escritório mais próximo de você.

Aparte

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc., para: rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo - CEP: 05415. A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, na base de 70 toques por linha. E mais: solicita-se que os correspondentes dêem seus nomes e endereços completos.



Reforma Agrária interessa também aos assalariados

"Ao EM TEMPO:

Já era tempo de reabrir o debate sobre a questão agrária à maneira de Conceição d' Incaio quando entrevistou Alberto Passos Guimarães (EM TEMPO nº 3). Isto é, situando a solução de nosso problema agrário como uma questão operário-camponesa. É preciso ter muita má vontade para negar a importância atual do proletariado agrícola brasileiro e o papel decisivo que terá na efetivação de uma Reforma Agrária que entregue a terra a quem a trabalha.

Por mais exigentes e pessimistas que sejamos na manipulação das estatísticas, será impossível negar que existem no Brasil por volta de um milhão de assalariados agrícolas permanentes e que pelo menos 1,5 milhão de temporários são puros assalariados, isto é, não são ao mesmo tempo pequenos proprietários, arrendatários, parceiros ou posseiros. Estariam assim em minoria frente à 2,4 milhões de famílias de pequenos proprietários, das 900 mil famílias de arrendatários e de pelo menos 650 mil famílias de posseiros, às quais pertenceriam o restante dos volantes. Em outras palavras, a classe proletária seria "muito pequena" numericamente, se comparada à camponesa, como afirmou Passos Guimarães.

Distinções

Ora, esse critério, apesar de importante, nem é o mesmo, nem é suficiente para se negar em lugar ao proletariado agrícola nas transformações sócio-econômicas democráticas que sofrerá, cedo ou tarde, a agricultura brasileira. Em primeiro lugar, as empresas agrícolas tipicamente capitalistas apesar de estarem espalhadas por todo o território nacional, são muito mais frequentes em alguns estados como São Paulo, Paraná, Pernambuco ou Minas. O que implica uma concentração importante de trabalhadores assalariados. Não é por acaso que em São Paulo os sindicatos já realizaram dissídios coletivos na Justiça para a conquista de alguns dos direitos dos assalariados. Em áreas de grande concentração proletária haverá necessariamente uma dinâmica social bastante diferente daquela que se desenvolverá no "mundão dos latifúndios" e é um fator fundamental a se ter em conta em um programa democrático para o campo. Se para os camponeses a aplicação do lema "a terra a quem a trabalha" significará a exploração dos latifúndios e a provável distribuição de lotes individuais, para os trabalhadores assalariados ela poderá significar a expropriação dos grandes capitalistas e a exploração coletiva dessas terras. O critério de base será a vontade das massas rurais, sua auto-determinação, sem o que não se pode falar em democracia.

Os termos de aliança entre assalariados agrícolas e camponeses terão que ser diferentes segundo a região. Se em todo o país o grau de proletarianização fosse igual ao da zona açucareira de Piracicaba, por exemplo, o camponato como classe independente teria um peso diminuto e a aliança com o camponato seria um problema secundário, uma vez que entre o operariado industrial e agrícola não se trata de uma aliança de classes mas de uma questão de unidade da classe. No

entanto, isso não acontece na maior parte das regiões agrícolas. Se em Piracicaba os assalariados representam por volta de 75% da população agrícola ativa e os camponeses 15%, em Apiaí eles representam 17% e os camponeses 50%. Se na Companhia Gaúcha eles ultrapassam os 50%, os camponeses atingindo 26%, nas zonas coloniais, como a de Sta Rosa, o camponato chega a 92% contra 5% de assalariados.

Reforma diferenciada

Essa situação impõe necessariamente uma Reforma Agrária diferenciada que só poderá ser condizida por aqueles que mais conhecem as características de cada região, ou seja, os próprios trabalhadores e camponeses. O que só será possível com a conquista das mais amplas liberdades democráticas, isto é, da ruptura com o atual regime, e a consequente organização e fortalecimento de estruturas sindicais representativas dessas duas classes.

Entender essa diferenciação não significa somente incluí-la num programa político democrático, mas sobre tudo colocá-la em prática... desde já no relacionamento entre assalariados e camponeses. Uma aliança poderá ir se forjando desde agora, o que evitará muitos conflitos secundários e divisões no futuro. Nesse sentido, algumas ideias defendidas por Conceição d'Incaio, na entrevista citada, podem levar as forças democráticas a sérios erros políticos. Considerar o pequeno proprietário, o parceiro e o pequeno arrendatário como "proletários-camponeses" ou "camponeses em processo de proletarianização", isto é, descharacterizá-los enquanto classe independente, com interesses diferentes, e às vezes opostos, aos do proletariado agrícola, é negar automaticamente a necessidade de uma aliança de classes. Subestimar a importância sócio-econômica dos pequenos agricultores como classe distinta é desleixar a atenção que desde hoje deve ser dada às suas aspirações e desinteressar os trabalhadores em atrai-los para uma luta conjunta e coordenada pela transformação democrática da agricultura.

Camponato

O outro lado da mesma moeda é pensar que o proletariado agrícola brasileiro é uma classe plenamente constituída. Houve sem dúvida uma importante proletarianização nas duas últimas décadas. Mas não se pode esquecer que ela se deu quase exclusivamente no interior das grandes fazendas. Foram os colonos, os moradores e os parceiros expulsos que deram origem ao imenso exército de "aulos".

Não se trata de maneira nenhuma do desaparecimento do camponato, que ao contrário aumenta seu peso social em certas regiões. Por outro lado, esse processo é ainda recente para que se veja desenvolvida uma consciência social de trabalhadores desprovidos dos meios de produção. Um grande contingente do proletariado rural - sobretudo entre os volantes - ainda manifesta um comportamento muito mais camponês - de camponeses-de-terra - do que um comportamento de assalariado.

José da Veiga - Paris

RETIFICAÇÃO

No penúltimo parágrafo do artigo "Gol Contra: Regulamentação da Profissão de Ator" (José Arrabal), publicado no nº 15 de EM TEMPO, onde se lê: "...Assim, diante deste panorama de complexidades, sem m dúvida, o caminho mais correto para se superar essa situação de existência política será um beija-mão em Geisel". **LEIA-SE, é claro: "Assim, diante deste panorama de complexidades, sem dúvida, o caminho mais correto, para se superar essa situação de existência política NÃO SERÁ um beija-mão em Geisel".**

O FUTEBOL DE CASERNA

Cláudio Pecego de Moraes Coutinho foi preparado pelo Exército para ser um brilhante oficial da área de Informações. Bom tipo físico, inteligente e ambicioso, fez vários cursos na Europa e Estados Unidos, onde provavelmente começou a desenvolver sua teoria de que o futebol está intimamente ligado à Segurança Nacional. Na realidade, ele teve seu aprendizado no período mais difícil do governo Médice, quando o regime militar tentava sufocar todos os movimentos populares. Quando João Saldanha foi designado técnico da Seleção Brasileira em fins de 68, Cláudio Coutinho surgiu no cenário esportivo como "supervisor".

Sua missão era controlar os passos de Saldanha, de quem os militares sempre desconfiaram por suas ligações na juventude com grupos de esquerda. E naquele ano, o AI-5 quase se abateu sobre ilustres esportistas brasileiros. A começar pelo próprio Saldanha, demitido, entre outras coisas, por não ter convocado o atacante Dario, que a propaganda oficial resolvera transformar em salvador do futebol brasileiro apenas por ser ele o jogador preferido do General Médice.

Passados oito anos, o clima não mudou. Para o povo, impedido de participar da vida política do país, restou o consolo de torcer e se identificar com a Seleção Canarinho.

A escalada começou logo após a Copa de 74 quando, para consertar o fiasco da Seleção de Zagalo, a CBD iniciou uma aproximação franca e declarada com a Arena. Para entender essa misteriosa CBD, misto de partido político com empresa comercial, é suficiente observar o esquema de favorecimento político em que o Almirante Heleno Nunes transformou o gigantesco Campeonato Nacional. "Onde a Arena vai mal, um time no Nacional", essa a síntese da administração Heleno Nunes.

O esforço do Heleno Nunes, que se orgulha de ser amigo pessoal do General Geisel, começou a render seus frutos quando o Governo abriu seus cofres para financiar a Seleção que está na Argentina. Primeiro, foi a boa vontade de Humberto Barreto, então presidente da Caixa Econômica, que numa tentativa de consolidar sua candidatura a Deputado Federal pela Arena do Rio, fez inúmeros acordos com Heleno Nunes.

Bem. Depois foi a boa vontade das multinacionais, como a Adidas, especializada em material esportivo. Somando tudo, a CBD faturou mais de 70 milhões de cruzeiros só com a arrecadação líquida de dois testes da Loteria Esportiva e assinou contrato de publicidade com a Adidas no valor de 2,5 milhões de cruzeiros. Por fora, um con-

trato com a própria Caixa Econômica para usar o técnico Cláudio Coutinho e outros membros da Comissão Técnica como garotos-propaganda das Cadernetas de Poupança que rendeu 7,5 milhões de cruzeiros.

A SOLIDÃO DA CONCENTRAÇÃO

Coutinho afastou os indesejáveis, convocou os que considerava em condições de manobrar e enclausurou todos

os jogadores num rígido regime de concentração em Teresópolis.

O regime de concentração lembra um jardim de infância. O jogador não pode andar cabeludo, barbudo e nem manifestar livremente o que pensa. Tudo é controlado por um regulamento preparado pela CBD. Os jogadores mais conscientes do novo grupo - já aí não contando com Paulo César e Marinho, os primeiros que se rebelaram contra os esquemas de Coutinho - Sofreram toda sorte de perseguições. O exemplo mais evidente é Reinaldo. Os menos conscientes, os grandes as-

tos com salários de Cr\$ 200 mil, também foram atingidos pela angustiada concentração. Entre os repórteres esportivos que acompanharam a excursão da Seleção pela Europa ficou a lembrança dos jogadores brasileiros ávidos pelas porno-shops de Hamburgo, num processo de liberação incontrolável. Algumas não resistiram e já prevenido novo período difícil no retorno do Brasil, trouxeram as famosas mulheres de plástico.

Tudo isso foi o reflexo de um regime quase desumano, onde, inclusive,

estabeleceu-se horários para os jogadores se comunicarem com parentes e amigos e proibiu-se todo e qualquer contato fora do horário autorizado.

O clima de "superpreparação" e de responsabilidade política denunciado por Reinaldo numa entrevista ao Jornal do Brasil quase levaram a Seleção Brasileira a novo fracasso. Dessa vez, como o futebol foi transformado no grande circo que ilude os famintos e enche de lucros as multinacionais, as pressões cresceram de todos os lados e, o que prevaleceu, afinal, foi a hierarquia militar.

Existem quatro militares nos principais postos da Comissão Técnica: o Capitão Cláudio Coutinho, o Coronel Carlos Alberto Cavalheiro, o Tenente Raul Carlesso e o Major Kleber Carneiro, encarregado da segurança da Seleção. Além deles, um nebuloso Tenente Lobo, que também trabalha com a segurança da equipe, só que já em nível pragmático. Na Argentina, ele chamou a polícia para dispersar uma manifestação de torcedores brasileiros, que faziam o enterro de Coutinho.

O Coronel Carlos Alberto Cavalheiro também não é muito favorável a manifestações. Pouco antes da viagem para a Argentina ele enviou o nome de três repórteres esportivos cariocas para o SNI "para averiguações". O Coronel não gostou das denúncias de mordomias na delegação oficial publicadas por alguns jornais.

Do capitão Cláudio Coutinho, hoje um quase milionário técnico de futebol - salário de Cr\$ 100 mil, sem contar diárias, prêmios, contratos de publicidade e outras negociatas -, ficou a lembrança do tristemente famoso Manifesto de Glasgow. Coutinho, irritado com as críticas dos jornais à equipe que excursionava pela Europa, em 73, redigiu um Manifesto com várias acusações à imprensa e obrigou a maioria dos jogadores a assinar, um pequeno grupo assinou por vontade própria, entre eles o goleiro Leão, candidato pela Arena de São Paulo às eleições de outubro.

O Almirante Heleno Nunes que, como ele próprio declarou, assumiu o controle do barco "em meio à tempestade", ficará conhecido na história do futebol brasileiro como um grande político. E na história política como um grande treinador. O fato é que em 78 Heleno Nunes joga duas cartadas fatais, quase como em 74. Se perder a Copa, perde as eleições de outubro. Se vencer a Copa, não tem garantia nenhuma de que vencerá a eleição.

Heleno Nunes mais uma vez deu uma de técnico para salvar o barco que ameaçava afundar. Mais ou menos como dizia um velho funcionário da CBD, depois das fracas atuações do Brasil:

- Se perdermos, a CBD não resiste a um inquérito. Principalmente por causa dessas eleições. O Almirante está preocupado, a gente percebia isso desde antes da viagem.

Texto: Ives Tavares

Fotos: Tamas e Luiz C. da Cunha



Como ser malicioso debaixo de uma bota? A indagação feita pelo cronista esportivo Marcos de Castro coloca em questão o dilema fundamental vivido pelo futebol brasileiro hoje, submetido cada vez mais a um sistema militarizado e empresarial em que o torcedor e o jogador não contam. O que antes era um futebol criativo e inventivo está agora sofrendo para continuar disputando uma Copa do Mundo reconhecidamente do nível mais mediocre entre as três últimas disputadas. Sem seus melhores jogadores, afastados por não se enquadrarem no regulamento do "não pode", segundo a frase de João Saldanha, com a CBD transformada numa entidade política e tendo como presidente o Almirante Heleno Nunes, também presidente licenciado da ARENA fluminense, a seleção entrou num esquema fechado, verdadeiro papel carbono do regime autoritário que ainda domina o país, segundo Marcos de Castro. Para ele, os homens que dominam a seleção, todos eles militares, tratam os jogadores como se fossem sargentões, como se estivessem lidando com a tropa, e o resultado foi que depois de um regime de treinos massacrante o pessoal chegou na Argentina no bagaço. Sem querer ser saudosista, diz Marcos, porque os jogadores de hoje são piores do que os de 70, num esquema aberto e mais livre, para tentar aquela criatividade que sempre esteve presente no atleta brasileiro, os jogadores poderiam pelo menos contar com a sua malícia para superar estes obstáculos materiais. Mas como ser malicioso debaixo de uma bota?

BRASIL X ÁUSTRIA

ANTES



Nilton Santos: "O negócio tá ruço"

ET - Nilton, como está a seleção? Nilton Santos - A seleção tem muita gente nova e não é das piores. No entanto estou surpreso com o nosso futebol que anda querendo fazer o que não sabe. Anda querendo jogar como os europeus sem perceber que eles só jogam assim porque não podem jogar como nós. Estamos fugindo às nossas características e assim não vai dar pé... Veja o sucesso do Peru. Eles estão jogando o legítimo futebol peruano.

ET - Mas e a polivalência?

NS - Isto já existe há muito tempo, só com outro nome. Por exemplo o gol que fiz contra a Áustria na copa de 68. O mal é que estão querendo intelectualizar o futebol. Futebol não tem disto não.

ET - E a aplicação na Brasil do futebol força?

NS - Palhaçada, na Europa, entre eles, é diferente. É carinho, é petada. Como é que você vai preparar um jogador magro como o brasileiro pra dar petada neles? No encontrão eles ganham; agora se você jogar bem, nem encosta no adversário. O problema é que muita gente vai a Europa e volta dizendo bobagens. Você vai por em

campo um Gérson, um Tostão, Amarildo pra dar encontrão nos outros? Tem muita gente agora, que nunca jogou bola, faz um curso de Educação Física e vira técnico de futebol. E aí coloca a preparação física na frente da técnica.

NS - Em 58 na véspera do jogo com a Rússia encontrei o Geraldo Romualdo apavorado com a preparação física dos russos. A concentração russa ficava diante da nossa, e todos os dias eles tavam lá correndo, se exercitando o tempo todo, algo de impressionar. Cheguei para o Geraldo e disse "calma a bola é uma só". No jogo foi o que se viu. Dois gols de Vavá, com Garrincha arrasando a defesa. Depois no vestiário mandei o Geraldo dizer para os russos continuarem correndo em volta do campo, pra ver se ainda arranjavam alguma coisa.

ET - E a intervenção do Almirante?

NS - É a tal história - eu ganhei, nós empatamos, vocês perderam. Se ganhou é o Almirante, se perdeu é o Coutinho. É fácil falar quando se ganha; quero ver é assumir a derrota. Agora na minha época não tinha ameaça de intervenção. O Feola, o Zezé Moreira, o Brandão não permitiam. Para eles presidente da CBD é homem de federação, pessoal de gabinete, e não entende do que acontece em campo. Se eu sou treinador e vem um cara mediar "faz-se isto, faz aquilo" eu entrego o time e vou embora, que não sou teleguiado.

ET - Ter muitos jogadores novos influi?

DURANTE



NS - Influi, eu já sabia que isto ia acontecer na seleção. Antigamente os jogos eram transmitidos pelo rádio, hoje é a televisão, existe aquela preocupação de todo mundo estar vendo. Em 1962, quando o Pelé se contundiu, eu ia todo dia conversar com o Amarildo. Dizia "você vai substituir o Pelé. Ele é o bom, é o Rei, mas você tem de saber que está aqui, porque também sabe jogar bola. Jogue seu futebol, como no Botafogo, isto basta". Depois dos jogos ele me abraçava, dizia "você é o caceté" e o caramba.

ET - E as perspectivas do futebol brasileiro?

NS - Tá ruço. O futebol tá feio, a preocupação dos times não está em jogar melhor que outro, mas sim de não deixar o outro jogar. Antigamente um Flamengo e Vasco, tinha o duelo Zizinho x Danilo, um procurando superar o outro. Hoje não, num Flamengo x Botafogo a preocupação é botar um cara para impedir o Zico jogar. Por outro lado tem a dificuldade de renovação. Estão acabando os campos de pelada, a várzea, e isto dificulta o aparecimento de novos jogadores. Antigamente quem estava em fim de carreira ia jogar em Minas, no Nordeste, etc. Hoje os craques que jogam no Sul, vem de lá, aí onde existe verde, aí onde não virou tudo selva de pedra. A última grande safra do futebol acabou em 70. Há nove anos não vou ao Maracanã e nem me esqueço. Não sinto falta. Pago um sorvete para quem me encontrar numa a rquibancada em dia de jogo.

(Luiz Arnaldo Campos)

Afonsinho

EM TEMPO - Em sua opinião, porque a seleção brasileira vem fazendo uma campanha tão mediocre na Copa?

Afonsinho - O futebol é uma das maiores forças de manifestação popular no Brasil e a seleção reflete a situação política do país no momento. A postura do selecionado brasileiro serve para mim como um ponto de referência desta linha de pensamento em que não há liberdade de criação e de expressão. A euforia que se observou depois do jogo com a Áustria está relacionada com a mudança da maneira de pensar oficial, com a posição de liberação que tiveram que assumir diante do fracasso.

As pessoas que têm uma relação mais funda com esta forma de expressão, que têm dentro da alma uma relação de amor com a coisa, estão quase todas alijadas do futebol, devido ao predomínio desta maneira de pensar absurda que está no poder. O jogador inventivo, aquele de quem a torcida gosta por sua capacidade de criação, é desprezado numa convocação que se preocupa com detalhes secundários que não podem tomar a frente do valor da pessoa como jogador.

A tendência maior é deixar o poder de decisão cada vez menos na mão dos jogadores e da torcida. Isto, na minha maneira de ver, é usurpar o poder do povo, o poder de quem tem amor por

DEPOIS



aquilo. A coisa é tão gritante que na escolha dos 22 jogadores prevaleceram critérios morais e não de concepção de futebol, da forma de ver e de se relacionar com ele.

ET - Vovê poderia fazer uma avaliação comparativa entre a seleção de 70 e a atual?

Afonsinho - A comparação que faço é em cima desses pontos de referência e aqui já não se trata mais de uma forma de pensar, mas de sentir no coração. Na seleção de 70, sinto a presença do jogador. E, como dizia o samba, "quem trabalha é que tem razão". Hoje sinto o jogador desvalorizado em função do sistema. Até a última Copa eu ia ver os treinos, tinha amigos, interesse. Agora não tive nem vontade de ver. Hoje parece que o jogador é peça de botão, não tem importância, a valorização do craque. Hoje se formou uma expressão nos clubes, os diretores se manifestam dizendo que "no nosso clube não há jogador, inegociável". E que o interesse do cara não é ter o melhor jogador, mas ainda dinheiro. E o povo, que ficava excitado nos treinos da seleção, perdeu a vibração, porque os

treinos são uma coisa frouxa, sem tesão.

ET - Como você vê o esquema da militarização da seleção?

Afonsinho - Ficar chorando e reclamando de detalhes é se enfraquecer. Tudo isto compõe o quadro. Tenho consciência da minha limitação e se não puder ter uma atitude que me satisfaça, na medida em que transforme alguma coisa, prefiro viver, porque acho a vida muito bonita. Não tenho condição de dar uma solução definitiva, mas é um problema que traço na cabeça diariamente. Como diz o samba do Paulinho da Viola, "minha gente, eu também procuro a solução". Acho que a forma de modificar evoluiu. A iniciativa de fazer um sindicato dos jogadores é que existe de mais evoluído. Representa um passo para a solução na medida em que toca o ponto mais importante para se melhorar que é as pessoas se aglutinarem para conseguir um objetivo. Tenta-se fazer um sindicato que ao mesmo tempo em que é uma forma de fortalecimento, por outro lado junta num saco só todo mundo que quer modificar alguma coisa. É preciso que este sindicato seja coisa do jogador.

(Margarida Autran)

EM TEMPO!